



JUSTIÇA FEDERAL  
Seção Judiciária do Rio Grande do Sul

# Relatório de Gestão 2019-2021



Reunião de transição com a equipe da Direção do Foro





JUSTIÇA FEDERAL  
Seção Judiciária do Rio Grande do Sul

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

PRESIDENTE

Desembargador Federal

Victor Luiz dos Santos Laus

VICE-PRESIDENTE

Desembargador Federal

Luís Alberto d'Azevedo Aurvalle

CORREGEDORA REGIONAL

Desembargadora Federal

Luciane Amaral Corrêa Münch

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO  
DO RIO GRANDE DO SUL

DIRETOR DO FORO

Juiz Federal Paulo Paim da Silva

VICE-DIRETOR DO FORO

Juiz Federal Fernando Zandoná

COORDENADOR DA CENTRAL DE MANDADOS

Juiz Federal Substituto Tiago Scherer

COORDENADOR DA

CENTRAL DE CONVÊNIOS E CONSULTAS

Juiz Federal Substituto Marcel Citro de Azevedo

COORDENADOR DA GESTÃO DOCUMENTAL

Juiz Federal Paulo Paim da Silva

COORDENADOR DA CENTRAL DE EXECUÇÕES PENAIS

Juiz Federal Roberto Schaan Ferreira

COORDENADOR DA OUVIDORIA

Juiz Federal Roger de Curtis Candemil

COORDENADORA DO

LABORATÓRIO DE INOVAÇÃO DA SJRS

Juíza Federal Daniela Tocchetto Cavalheiro

COORDENADOR DA

DIVISÃO DE APOIO ÀS TURMAS RECURSAIS

Juiz Federal José Francisco Andreotti Spizzirri

SECRETARIA ADMINISTRATIVA  
DIREÇÃO DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA  
Antonio Cesar Marques de Matos

ASSESSORIA DA DIREÇÃO DO FORO  
Luís Felipe Rypl

DIREÇÃO DO NÚCLEO DE ASSESSORIA E INTEGRAÇÃO  
ADMINISTRATIVA  
Wilson Rocha Junior

DIREÇÃO DO NÚCLEO DE ACOMPANHAMENTO DE  
DESENVOLVIMENTO HUMANO  
Carolina Mousquer Lima

DIREÇÃO DO NÚCLEO DE APOIO ADMINISTRATIVO  
Cléverton Tosetto Amaral

DIREÇÃO DO NÚCLEO DE APOIO JUDICIÁRIO  
Fabiana Slongo Coiro

DIREÇÃO DO NÚCLEO DE APOIO OPERACIONAL  
Ivanor Villas Boas

DIREÇÃO DO NÚCLEO DE CÁLCULOS JUDICIAIS  
Marco Antônio Soares Ochoa

DIREÇÃO DO NÚCLEO DE CONTROLE INTERNO  
Carlos Augusto Legendre Lima

DIREÇÃO DO NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E  
MEMÓRIA  
Tassiana Jaqueline Fanck Kich

DIREÇÃO DO NÚCLEO DE GESTÃO FUNCIONAL  
Aimoré Leal Teixeira

DIREÇÃO DO NÚCLEO DE PLANEJAMENTO,  
ORÇAMENTO E FINANÇAS  
Ana Paula Pires

DIREÇÃO DO NÚCLEO DE TECNOLOGIA DA  
INFORMAÇÃO  
João Carlos Barbosa

DIREÇÃO DA CENTRAL DE MANDADOS DE PORTO  
ALEGRE  
Carlos Augusto Brenner Ceia Ramos

DIRETOR DA DIVISÃO DE APOIO ÀS TURMAS  
RECURSAIS  
Sérgio Augusto Neuwald

CENTRO JUDICIÁRIO DE  
SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA  
COORDENADORA REGIONAL  
Juíza Federal Carla Evelise Justino Hendges  
COORDENADORAS ADJUNTAS  
Juíza Federal Ingrid Schroder Sliwka  
Juíza Federal Substituta Clarides Rahmeier  
Juíza Federal Substituta Lívia de Mesquita Mentz  
COORDENADOR ADJUNTO  
Federal Fábio Vítório Mattiello  
DIRETORA DO CEJUSCON DE PORTO ALEGRE  
Gisele Lopes  
SUBSEÇÕES JUDICIÁRIAS

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE BAGÉ  
DIRETORA DO FORO  
Juíza Federal Substituta Giane Maio Duarte  
(04/07/2019 a 15/10/2019)  
Juíza Federal Denise Dias de Castro Bins Schwanck  
(17/01/2020 em diante)  
VICE-DIRETOR DO FORO

Juiz Federal Substituto Andre Augusto Giordani  
(22/04/2021 em diante)  
SUPERVISOR ADMINISTRATIVO  
Nilton Luis Iurramendi Sittoni

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE BENTO GONÇALVES  
DIRETOR DO FORO  
Juiz Federal Frederico Valdez Pereira  
VICE-DIRETOR DO FORO  
Juiz Federal Rodrigo Koehler Ribeiro  
SUPERVISOR ADMINISTRATIVO  
Liliane Regina Santarém Pavanello

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE CACHOEIRA DO SUL  
DIRETORA DO FORO  
Juíza Federal Gianni Cassol Konzen  
VICE-DIRETORA DO FORO  
Juíza Federal Substituta Mariana Camargo Contessa  
SUPERVISOR ADMINISTRATIVO  
Luis Fernando Xavier Artier

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE CANOAS  
DIRETOR DO FORO  
Juiz Federal Enrique Feldens Rodrigues  
VICE-DIRETOR DO FORO  
Juiz Federal Fabio Hassen Ismael (04/07/2019 a  
08/12/2020)  
Juiz Federal Murilo Brião da Silva (09/12/2020 em  
diante)  
SUPERVISORA ADMINISTRATIVA  
Patrícia Pereira Almeida

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE CAPÃO DA CANOA  
DIRETOR DO FORO  
Juiz Federal Oscar Valente Cardoso  
VICE-DIRETOR DO FORO  
Juiz Federal Substituto Vinícius Vieira Indarte  
SUPERVISOR ADMINISTRATIVO  
Roberto Adriano Capellari

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE CARAZINHO  
DIRETOR DO FORO  
Juiz Federal Guilherme Maines Caon  
VICE-DIRETOR DO FORO  
Juiz Federal César Augusto Vieira  
SUPERVISORA ADMINISTRATIVA  
Lurdes Maria Schüssler (07/10/2014 a 28/02/2021)  
SUPERVISOR ADMINISTRATIVO  
Anderson de Souza Moura (a partir de 01/03/2021)

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE CAXIAS DO SUL  
DIRETOR DO FORO  
Juiz Federal Murilo Brião da Silva (04/07/2019 a  
08/12/2020)  
DIRETORA DO FORO  
Juíza Federal Adriane Battisti (a partir de 09/12/2020)  
VICE-DIRETOR DO FORO  
Juiz Federal Rafael Martins Costa Moreira  
DIRETORA ADMINISTRATIVA  
Cláudia Fernanda Gobetti Canali

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE CRUZ ALTA  
DIRETOR DO FORO  
Juiz Federal Lúcio Rodrigo Maffassoli de Oliveira  
SUPERVISOR ADMINISTRATIVO  
Odilar Luiz Monegat

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ERECHIM

DIRETOR DO FORO

Juiz Federal Gustavo Schneider Alves

VICE-DIRETOR DO FORO

Juiz Federal Luiz Carlos Cervi

SUPERVISOR ADMINISTRATIVO

Rodrigo de Mattos

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE GRAVATAÍ

DIRETOR DO FORO

Juiz Federal Marcelo Cardozo da Silva

VICE-DIRETOR DO FORO

Juiz Federal Rodrigo Machado Coutinho

SUPERVISOR ADMINISTRATIVO

Luis Roberto da Silva

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE IJUÍ

DIRETOR DO FORO

Juiz Federal Alexandre Arnold

SUPERVISOR ADMINISTRATIVO

Jorge Botton

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE LAJEADO

DIRETOR DO FORO

Juiz Federal Mauro Sbaraini

VICE-DIRETOR DO FORO

Juiz Federal Andrei Gustavo Paulmichl

SUPERVISOR ADMINISTRATIVO

Mirella Ruschel

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE NOVO HAMBURGO

DIRETOR DO FORO

Juiz Federal Alex Péres Rocha

VICE-DIRETOR DO FORO

Juiz Federal José Caetano Zanella

SUPERVISORA ADMINISTRATIVA

Marisa Kroth Jornada

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE PALMEIRA DAS MISSÕES

DIRETORA DO FORO

Juíza Federal Ana Raquel Pinto de Lima

SUPERVISOR ADMINISTRATIVO

Dirceu Ferraresi

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE PASSO FUNDO

DIRETOR DO FORO

Juiz Federal José Luis Luvizetto Terra (04/07/2019 a 08/03/2020)

Juiz Federal Moacir Camargo Baggio (a partir de 09/03/2020)

VICE-DIRETOR DO FORO

Juiz Federal Moacir Camargo Baggio (04/07/2019 a 08/03/2020)

Juiz Federal José Luis Luvizetto Terra (a partir de 09/03/2020)

SUPERVISOR ADMINISTRATIVO

Jeferson Rosso

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE PELOTAS

DIRETORA DO FORO

Juíza Federal Andréia Castro Dias Moreira

VICE-DIRETOR DO FORO

Juiz Federal Cristiano Bauer Sica Diniz

SUPERVISOR ADMINISTRATIVO

Charlon Soares dos Santos

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE  
DIRETOR DO FORO  
Juiz Federal Sergio Renato Tejada Garcia  
VICE-DIRETOR DO FORO  
Juiz Federal Aderito Martins Nogueira Júnior  
SUPERVISOR ADMINISTRATIVO  
Marcelo Guerreiro de Souza

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CRUZ DO SUL  
DIRETOR DO FORO  
Juiz Federal Eduardo Vandré Oliveira Lema Garcia  
VICE-DIRETOR DO FORO  
Juiz Federal Adriano Copetti  
SUPERVISOR ADMINISTRATIVO  
Adilson Luis Teixeira

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA MARIA  
DIRETOR DO FORO  
Juiz Federal Jorge Luiz Ledur Brito  
VICE-DIRETOR DO FORO  
Juiz Federal Loraci Flores de Lima  
SUPERVISOR ADMINISTRATIVO  
Paulo Rodolfo Dellaméa

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA ROSA  
DIRETOR DO FORO  
Juiz Federal Rafael Lago Salapata  
SUPERVISOR ADMINISTRATIVO  
Flávio Luis Hofmeister

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTANA DO LIVRAMENTO  
DIRETOR DO FORO  
Juiz Federal Lademiro Dors Filho  
VICE-DIRETOR DO FORO  
Juiz Federal Rafael Wolff  
SUPERVISOR ADMINISTRATIVO  
Paulo Sergio Maia Ferreira

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTIAGO  
DIRETORA DO FORO  
Juíza Federal Cristiane Freier Ceron  
SUPERVISOR ADMINISTRATIVO  
Pabulo Adão Paz da Costa

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTO ANGELO  
DIRETORA DO FORO  
Juiz Federal Marcelo Furtado Pereira Morales  
VICE-DIRETOR DO FORO  
Juiz Federal Roberto Adil Bozzetto  
SUPERVISOR ADMINISTRATIVO  
Jair Carlos Huttinger

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE URUGUAIANA  
DIRETOR DO FORO  
Juiz Federal Gustavo Dias de Barcellos  
VICE-DIRETORA DO FORO  
Juíza Federal Aline Teresinha Ludwig Corrêa de Barros  
SUPERVISOR ADMINISTRATIVO  
Leandro Schnomberger





Reunião de diretores de Foro, realizada em 19/08/2019  
auditório da Subseção Judiciária de Porto Alegre

## **FICHA TÉCNICA**

### COORDENAÇÃO

Juiz Federal Paulo Paim da Silva

### ORGANIZAÇÃO

Seção de Planejamento e Gestão Estratégica

### PROJETO GRÁFICO E DIAMAGRAÇÃO

Seção de Comunicação Social

### COLABORADORES

André Machado Marcon

Antonio Cesar Marques de Matos

Eron Gomes Oliveira

Niriane Neumann

Luis Felipe Rypl

Renata de Souza Dias Gay da Fonseca

Taís Regina da Silva Chaves

# SUMÁRIO

|  |    |  |    |
|--|----|--|----|
| Composição .....   | 5  | Pessoas .....  | 42 |
| Mensagem do diretor do foro .....  | 14 | Lotações e nomeações .....                             | 42 |
| Retrato da SJRS .....  | 16 | Posses e ambientação online .....                      | 42 |
| Pessoas .....  | 16 | Lotação e relotação .....                              | 42 |
| Números relevantes (impacto) .....   | 16 | Desenvolvimento .....                                  | 43 |
| Realizações.....   | 18 | Cultura e memória institucional .....                  | 44 |
| Ações para proteção e prevenção.....   | 18 | Humanização e integração .....                         | 46 |
| Adaptações aos cortes orçamentários.....   | 20 | Projeto círculos de conversa .....                     | 46 |
| Ampliação e qualificação do acesso.....  | 22 | Evento de valorização .....                            | 47 |
| Aprimoramento e agilidade no cumprimentos dos mandados .....                                   | 24 | Caféederal .....                                       | 47 |
| Melhorias estruturais .....  | 26 | Inovação .....   | 48 |
| Novas instalações .....  | 28 | Inovatchê – laboratório de inovação da jfrs .....      | 48 |
| Manutenção preventiva .....  | 30 | Capacitando para inovar .....                          | 48 |
| Investimento na estrutura de tecnologia da informação .....                                    | 30 | Projetos .....   | 48 |
| Qualificação da frota de veículos.....   | 31 | Gestão .....   | 53 |
| Equipamentos para segurança.....   | 32 | Sustentabilidade .....                                 | 54 |
| Sustentabilidade .....   | 35 | Atuação administrativa .....                           | 56 |
| Responsabilidade ambiental .....   | 34 | A palavra das subseções .....                          | 59 |
| Futuridade .....   | 34 | Palavras do diretor da secretaria administrativa ..... | 64 |
| Programa de gestão de resíduos .....   | 35 | Palavras do assessor da direção do foro.....           | 65 |
| Responsabilidade social .....  | 36 |  |    |
| Tamo junto .....   | 36 |  |    |
| Heteroidentificação e cotas nos processos seletivos de estágio .....                           | 36 |  |    |
| Comissão de prevenção e enfrentamento ao assédio moral e ao assédio sexual .....               | 38 |  |    |
| Grupo de trabalho para ações em direitos humanos, equidade de gênero, raça e diversidades..... | 39 |  |    |
| Justiça Restaurativa .....   | 40 |  |    |



MENSAGEM DO DIRETOR DO FORO

## Foco no cidadão, nosso cliente e nosso patrão

Juiz Federal Paulo Paim da Silva  
Diretor do Foro da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul

Ao iniciar a gestão na Direção do Foro da Seção Judiciária em julho de 2019 tínhamos um desafio que se apresentava, que era readequar os gastos ao novo quadro orçamentário. Imediatamente providenciamos renegociação dos serviços terceirizados de vigilância, limpeza e conservação dos prédios, projetando redução de viagens e cursos de formação.

Outras iniciativas foram tomadas, como o regramento das comunicações processuais por meios digitais, especialmente no cumprimento de mandados por oficiais de justiça, reduzindo a necessidade de deslocamentos e de custos.

O cenário mudou em março de 2020 com a pandemia, e foi preciso nos reinventarmos para o trabalho remoto. O apoio administrativo ganhou novos contornos e desafios, para garantir o bom atendimento jurisdicional pela área fim. Dia a dia fomos nos adaptando a essa nova realidade com muita vontade de acertar e muita dedicação.

Resta, pois, um elogio muito grande a todos os servidores e magistrados que souberam apoiar, entender e se envolver com as necessidades que surgiram e as preocupações que cada situação demandava e ainda demanda. Em conjunto com o Tribunal, as Direções do Foro do interior e as Seções

Judiciárias de Santa Catarina e Paraná, foi se construindo soluções, vencendo as preocupações e encontrando as respostas buscadas a cada momento.

Em meio a tudo isso, conseguimos desenvolver projetos importantes, como a melhoria em prédios, a melhoria em sistemas informatizados, a melhoria no atendimento às pessoas, tanto internas da instituição quanto do público que acorre à Justiça Federal.

Diversas iniciativas foram acolhidas, apoiadas e incentivadas pela Direção do Foro. Iniciativas com objeto nas pessoas, nos serviços e nos espaços da Justiça Federal, sempre no intuito de melhorar o Serviço Público que aqui se presta, com foco final na atividade jurisdicional e no cidadão jurisdicionado, que é “nosso cliente e também nosso patrão”.

Assim, os passos foram sendo dados e as realizações ocorrendo. Uma breve prestação de contas está registrada neste relatório.

Muito obrigado a todos e a todas!



# RETRATO DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL

A gestão 2019-2021 teve seu início em 04/07/2019. Daquela data até 31/05/2021, foram distribuídos 613.256 processos novos na Seção Judiciária do Rio Grande do Sul (SJRS), totalizando, ao final do período, 1.019.516 em andamento nas 82 varas federais, 25 Subseções Judiciárias e 16 Unidades Avançadas de Atendimento que compõem a estrutura da Seção Judiciária.

## PESSOAS

Para dar conta dessa demanda, a Seção Judiciária do Rio Grande do Sul (SJRS) conta com 2.546 pessoas. O trabalho integrado de magistrados, magistradas, servidores, servidoras, estagiários, estagiárias, terceirizados e terceirizadas permite ao órgão realizar uma prestação jurisdicional qualificada aos usuários de seus serviços.

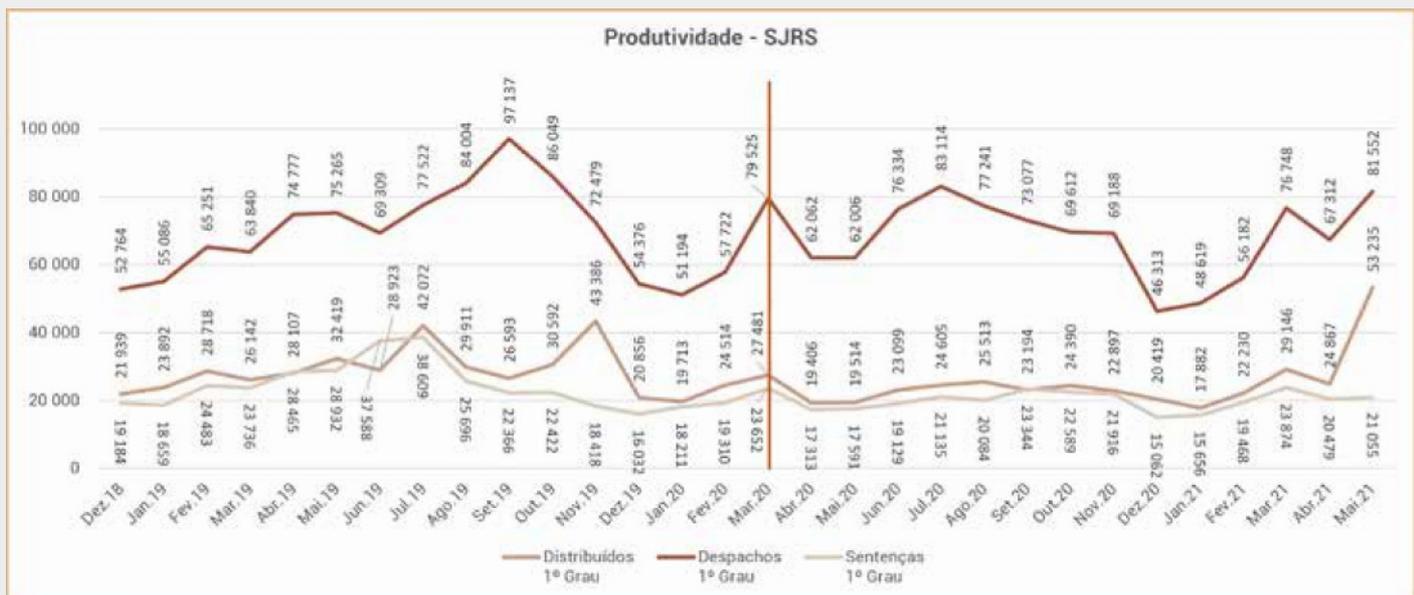
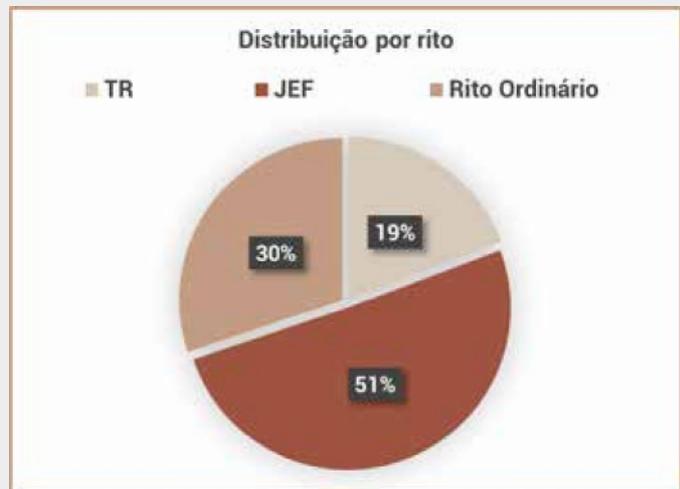
|                               | Capital | Interior | Total |
|-------------------------------|---------|----------|-------|
| Magistrados e Magistradas     | 67      | 99       | 166   |
| Servidores e Servidoras       | 639     | 1057     | 1696  |
| Estagiários e Estagiárias     | 122     | 255      | 377   |
| Terceirizados e Terceirizadas | 116     | 191      | 307   |

## NÚMEROS RELEVANTES (IMPACTO)

A carga e a complexidade do trabalho realizado pela Justiça Federal gaúcha exigem que as estruturas disponíveis forneçam aos seus integrantes condições adequadas ao funcionamento da instituição. Os dados abaixo exemplificam o desafio de manter-se sustentável em um cenário de contenção de despesas, incremento permanente da demanda e restrições impostas pela pandemia.

|                                    | 2019      | 2020      |
|------------------------------------|-----------|-----------|
| Água (m3)                          | 27.155    | 12.161    |
| Energia (Kwh)                      | 5.602.657 | 3.260.084 |
| Combustíveis (lts)                 | 31.117    | 11.031    |
| Quilômetros percorridos pela frota | 272.413   | 98.605    |

Contudo, a redução dos números relacionados ao consumo, decorrente da alteração no formato de trabalho durante a pandemia da Covid-19, não se refletiu proporcionalmente nos dados relativos à produtividade. Com quase a totalidade de seus integrantes em sistema de teletrabalho, e considerando a impossibilidade de realizar atos presenciais, como perícias e audiências, a produtividade na SJRS apresentou queda relativamente baixa, se considerados todos os entraves citados. Os números são uma resposta ao aumento da demanda e refletem o comprometimento da instituição e de seus integrantes com os resultados esperados pela sociedade.



# REALIZAÇÕES

O período 2019-2021 foi marcado por grandes desafios para a administração da Justiça Federal. Além de um profundo corte orçamentário, que se sobrepôs a reduções já efetuadas nos anos anteriores, houve o aparecimento da pandemia de Covid-19, situação inédita e extrema, que exigiu agilidade nas decisões e cuidado e planejamento nas ações.

O principal objetivo, e aquele que mais demandou de gestores e suas equipes, era a preservação da saúde e da integridade das pessoas sem que isso representasse prejuízos à atividade institucional. Os núcleos administrativos enfrentaram, ao longo da gestão, a necessidade de adaptar os fluxos de trabalho ao teletrabalho integral. A pandemia exigiu, além de inovações nos procedimentos, a criação de novas ações.

## AÇÕES PARA PROTEÇÃO E PREVENÇÃO

Em fevereiro de 2020, o Núcleo de Acompanhamento e Desenvolvimento Humano (NADH), por meio de sua Seção de Saúde, começou a elaborar e organizar medidas preventivas e protocolos de acordo com o preconizado pelas autoridades de saúde nacionais diante da epidemia do novo coronavírus, até então localizada na China. A doença ainda não havia chegado ao Brasil, existindo, naquele momento, apenas casos suspeitos.

Uma das primeiras iniciativas foi esclarecer e orientar os funcionários terceirizados acerca de boas práticas e medidas específicas, ação que foi seguida por uma campanha interna de informação.

Não demorou muito até que todos fossem colocados em teletrabalho compulsório, diante da gravidade da situação e da necessidade de reduzir a circulação de pessoas nos prédios-sede. Desde o início, contudo, já houve preparação para uma eventual retomada do trabalho presencial, entre tais a aquisição de materiais e instalação de equipamentos de proteção nas dependências da instituição. As providências foram baseadas nas recomendações da Seção de Saúde, visando proporcionar o máximo de segurança a todos os que realizavam atividades nos prédios-sede.

Nas subseções, foram instalados protetores de acrílicos nos balcões de atendimento ao público com objetivo de reduzir o risco de contágio e disseminação do novo coronavírus. Também, foi formado um grupo de trabalho, composto por diretores e diretoras, servidoras e servidores dos Núcleos de Apoio Administrativo (NAA), do NADH e integrantes da Subseção Judiciária de Caxias do Sul, para analisar necessidades e propor a aquisição de produtos relacionados ao retorno controlado ao trabalho presencial. Também atuaram na distribuição e instalação dos materiais adquiridos, o Núcleo de Apoio Operacional (NAOP) e o Núcleo de Assessoria e Integração Administrativa (NAIA).

O trabalho conjunto entre a Seção de Comunicação Social e Cerimonial e o NADH permitiu o desenvolvimento de materiais informativos enviados às subseções e disponibilizados em todas as sedes. As iniciativas - contendo informações sobre os protocolos adotados pela Instituição, campanhas informativas sobre as formas de prevenção ao contágio e como agir em casos suspeitos - ultrapassaram as instalações físicas e se estenderam pelos diversos meios de comunicação institucionais, tais quais WhatsApp, e-mail e Intranet.

Cabe destacar, ainda, a atuação presencial da Seção de Saúde ao longo do período, o que possibilitou a realização de atendimento telefônico, em sistema de plantão, voltado a estagiárias, estagiários, terceirizadas, terceirizados, servidoras, servidores, magistradas e magistrados. Além de orientar, a unidade se responsabilizou por receber as notificações de pessoas confirmadas ou com suspeita de Covid-19 e, dependendo do caso, afastá-las mediante a concessão de licença saúde, evitando o deslocamento até a rede pública/particular de saúde, já sobrecarregada. A cada suspeita ou confirmação de infecção pelo vírus, a equipe realizou o rastreamento necessário à verificação de eventual atividade presencial



realizada e consequente contato com outras pessoas durante o período de risco de contágio. Apesar das diligências, não se identificou nenhum caso de transmissão local.

O acompanhamento dos servidores que apresentam sintomas ou foram internados para tratamento também foi realizado pelos profissionais da área da saúde, que ainda disponibilizam apoio psicológico e psiquiátrico àqueles que perderam entes queridos para a doença.



## ADAPTAÇÕES AOS CORTES ORÇAMENTÁRIOS

O primeiro desafio enfrentado pela atual gestão foi, logo nos primeiros meses de trabalho, um profundo corte orçamentário. Ainda decorrente da Emenda Constitucional nº 95/2016, o Poder Judiciário Federal sofreria uma forte redução no seu orçamento estimado para o ano de 2020. Para a Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, a restrição representaria aproximadamente 19% do seu orçamento de custeio, algo em torno de 14 milhões de reais. Importante salientar que, no ano de 2018, já havia ocorrido um corte semelhante, ou seja, o desafio era adequar um orçamento já reduzido e não inviabilizar a missão da instituição.

O assunto foi tratado em uma reunião realizada no auditório do prédio-sede, em 23/10/2019, em que o Diretor do Foro e o Diretor da Secretaria Administrativa conversaram com juizes e Diretores de Secretaria de Porto Alegre sobre as necessárias reduções nos postos de trabalho de funcionários terceirizados. Priorizando a transparência e participação nas ações realizadas, os gestores esclareceram que, desde 2016, a Administração busca adequar seus custos com o mínimo de impacto nas pessoas (servidores e terceirizados). Com isso, entre outras providências, todos os contratos de locação já haviam sido negociados, enquanto as aquisições e contratações de serviços indiretos foram limitados ao estritamente necessário.

O diretor do Foro apontou que, na SJRS, foram consideradas unicamente as despesas discricionárias com capacitação, diárias, aquisições e serviços de 2019 e exercícios imediatamente anteriores, a estimativa de gastos inicialmente projetada para 2020 era na ordem



Reunião com juízes e diretores de Secretaria de Porto Alegre

de R\$ 73 milhões. Porém, a previsão de recursos para 2020 era na ordem de R\$ 59 milhões, o que acarretaria um redução de cerca de R\$ 14 milhões.

A opção possível, portanto, era diminuir ainda mais as despesas discricionárias, especialmente aquelas objetivas e previamente quantificáveis, como capacitação de servidores e custeio de serviços terceirizados, de forma a garantir condições mínimas de continuidade e qualidade das atividades e serviços institucionais. Com isso, ainda em 2019, os contratos relativos aos serviços de vigilância presencial foram alterados em praticamente todas as subseções judiciárias do RS, atingindo cerca de 40% do montante da despesa com esse serviço. O resultado foi uma economia

na ordem de R\$ 348 mil mensais e em torno de R\$ 4.178.900,00 anuais.

Como alternativa, boa parte das subseções passaram a contar, no período noturno, com serviço de vigilância monitorada, mediante atendimento e acompanhamento emergencial sob demanda. Da mesma maneira, houve decréscimo nas contratações relativas à prestação de serviços gerais e de copeiragem em todas as sedes, o que permitiu à instituição economizar na ordem de R\$ 163 mil mensais, ou R\$ 1.956.00,00 ao ano.

## AMPLIAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO ACESSO



### BALCÃO VIRTUAL

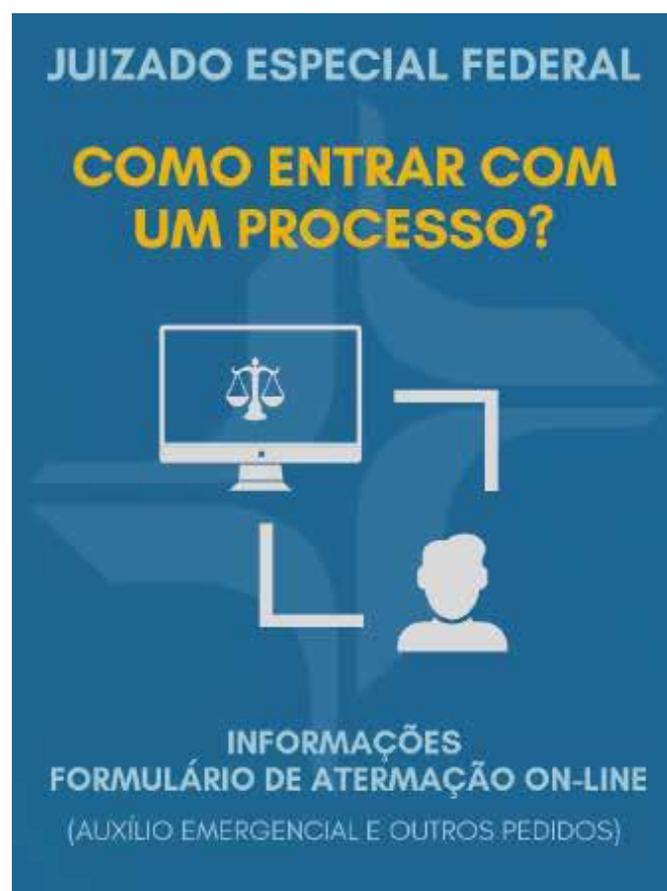
Mesmo com o orçamento reduzido e com limitações às atividades presenciais impostas pela pandemia da Covid-19, a Seção Judiciária do RS não se absteve de investir conhecimento e esforço no desenvolvimento e implantação de soluções que garantissem o acesso a seus serviços. Uma dessas soluções é o Balcão Virtual, implantado em março de 2021 como um novo canal de atendimento remoto para o cidadão.

Atendendo às diretrizes da Resolução nº 372/2021, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Balcão Virtual é uma ferramenta de videoconferência que permite contato direto com o setor de atendimento de cada unidade judiciária, bem como com as Centrais de Atendimento ao Público. Utilizando a plataforma Zoom, o sistema busca reproduzir as características do atendimento presencial, permitindo contato visual e o diálogo entre o jurisdicionado ou seu procurador e o servidor ou magistrado, mediante agendamento prévio - disponível online e de forma permanente - ou por solicitação imediata durante o horário de atendimento ao público.

## SISTEMA DIGITAL DE ATERMAÇÃO

Outra importante solução desenvolvida em parceria pelos Núcleos de Apoio Judiciário (NAJ), de Tecnologia da Informação (NTI) e o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Porto Alegre (Cejuscon), é o Sistema Digital de Atermação.

A ação, que foi antecedida pela construção de um fluxo de trabalho uniforme, com trabalho conjunto desenvolvido por várias unidades da 4ª Região e acompanhamento e incentivo permanente da Direção do Foro, originou um formulário on-line, orientativo e de fácil preenchimento. A ferramenta



JUIZADO ESPECIAL FEDERAL

COMO ENTRAR COM  
UM PROCESSO?



INFORMAÇÕES  
FORMULÁRIO DE ATERMAÇÃO ON-LINE

(AUXÍLIO EMERGENCIAL E OUTROS PEDIDOS)

foi pensada inicialmente para atender a população que ingressava com ações relativas ao Auxílio Emergencial.

Pelo sistema, o cidadão pode informar dados e anexar os documentos necessários ao ajuizamento da ação judicial, que são recebidos e revisados por servidores da SJRS. Estes são, ainda, os responsáveis pela redação da petição inicial e montagem do processo, ou seja, da atermação, meio de acesso à Justiça pelos Juizados Especiais, em que o proponente da ação não precisa contar com a assistência de um advogado ou defensor público.

Dentre as inúmeras vantagens do programa, destaca-se o acesso mediante senha pessoal enviada por e-mail, o que garante a identificação do contato eletrônico do requerente. Ainda, as informações são solicitadas em etapas, passo a passo, evitando que dados relevantes sejam esquecidos, e o próprio programa aponta quando algum documento essencial deixou de ser anexado.

O Sistema Digital de Atermação foi desenvolvido para ser acessado por celular com acesso à internet, mas também pode ser utilizado em computadores. Para orientar no preenchimento do formulário, também foi elaborado um tutorial.

Disponibilizado em agosto/2020, o sistema recebeu 5.151 pedidos de ajuizamento de ações, até 31/05/2021, para revisão do indeferimento do Auxílio Emergencial.

O sucesso da iniciativa permitiu a ampliação do seu uso para a atermação de ações envolvendo outras matérias do âmbito dos Juizados Especiais Federais.

A imagem mostra a interface de usuário do sistema de atermação do Auxílio Emergencial. No topo, há o logotipo da Justiça Federal. O formulário contém os seguintes campos e opções:

- Detalhamento**
  - Auxílio Emergencial**
  - \*Completar o requerente**
  - Relato de forma simples ou falas que aconteceram e o que você deseja (até 1000 caracteres).
  - apenas texto
  - 985 caracteres restantes
- Caso necessite do benefício de gratuidade de justiça, marque a opção abaixo:**
  - A parte acima requer a concessão da GRATUIDADE DA JUSTIÇA, por não ter condições de arcar com as custas do processo sem prejuízo de seu sustento e o de sua família, a que afirma desde já.
- Para optar pelo Juízo 100% Digital e receber intimações por e-mail, whatsapp ou ligações telefônicas, clique na caixa correspondente à esquerda:**
  - Declaro que opto pelo Juízo 100% Digital, na forma do art. 3º da Resolução CNJ 345/2020 e que aceito receber intimações relativas a presente ação por meio do endereço de e-mail @fz.pas.br, do site ativo whatsapp ou ligação telefônica pelo telefone de contato.
- Valor da causa**
  - Espele (que quais valores ou parcelas que entende ter direito (Lei 13.962/2020, Medidas Provisórias 1.003/2020 e 1.039/2021 e Decretos 10.412/2020, 10.488/2020 e 10.661/2021).
  - Valores sugeridos por sistema: "Meu valor":
    - parcelas de R\$400,00
    - parcelas de R\$200,00
    - parcelas de R\$100,00
  - Outro pedido: R\$ 0
- adivise o número de parcelas.
- Botões: Voltar, Prossiga

## FORÇA-TAREFA: AUXÍLIO EMERGENCIAL

Mas não foram apenas as soluções tecnológicas que se destacaram no período. Diante de novas e crescentes demandas, a Direção do Foro mobilizou esforços para que servidores da área administrativa de Porto Alegre e de outras subseções contribuíssem em apoio aos setores mais afetados pelas ações judiciais envolvendo o Auxílio Emergencial. Inicialmente, foi constituída uma força-tarefa que chegou a contar com 15 servidores, os quais dedicaram parte de suas jornadas de trabalho às atividades de atermação e processamento dos pedidos.

Posteriormente, por sugestão da Corregedoria Regional, outros sete servidores - incluindo uma integrante do quadro do Tribunal Regional Federal da 4ª Região - se juntaram aos que dedicaram tempo, conhecimento e experiência em apoio às unidades em que tramitavam ações sobre o benefício governamental. A oportunidade foi divulgada por meio do projeto Justaposição, desenvolvido pelo Laboratório de Inovação da JFRS, que ainda abrangeu a alocação e o acompanhamento dos voluntários.

### **AMPLIAÇÃO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA VOLUNTÁRIA**

Nas Subseções de Porto Alegre e Canoas houve ampliação dos serviços da Assistência Jurídica Voluntária, com a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica entre a SJRS e a Sociedade de Educação Ritter dos Reis Ltda (UNIRITTER). Gestionado pelo Serviço de Atendimento Jurídico (SAJUR) da própria universidade, com auxílio administrativo do setor de Assistência Jurídica Voluntária. O serviço soma-se ao já prestado por advogados voluntários na defesa dos direitos de jurisdicionados hipossuficientes, moradores da região, que não possuem condições de constituir advogado.

### **APRIMORAMENTO E AGILIDADE NO CUMPRIMENTOS DOS MANDADOS**

#### **REGULAMENTAÇÃO DA COMUNICAÇÃO PROCESSUAL POR WHATSAPP**

A Portaria nº 1751/2019, da Direção do Foro da SJRS, autorizou, no âmbito da Justiça Federal de 1º Grau do Rio Grande do Sul, a comunicação de atos processuais por telefone, por mensagens eletrônicas, tais como SMS, correio eletrônico e uso

de aplicativos específicos para tanto, a exemplo do whatsapp. A inovação veio da necessidade de racionalização dos atos processuais e da possibilidade de substituição de diligências presenciais por comunicações eletrônicas, principalmente nos casos em que não há prejuízo ao devido processo legal ou à ampla defesa. Posteriormente, a medida foi ampliada e passou a vigorar em toda a 4ª Região por meio do Provimento 86/2019 do TRF4.

#### **GERENCIADOR DE MANDADOS E APP EPROC MANDADOS**

Regulamentado o cumprimento de mandados por meio eletrônico, outras importantes iniciativas, relacionadas ao aprimoramento e à virtualização dos cumprimentos dos mandados, foram finalizadas e implantadas: o GM, sistema de gerenciamento de mandados integrado ao Eproc, trouxe novas ferramentas para a expedição e controle dos mandados judiciais, e o Aplicativo (App), cujo objetivo foi eliminar a necessidade de impressão dos mandados e seus anexos, colocando “na mão” do Oficial de Justiça todo o ferramental necessário para o cumprimento das ordens judiciais de forma eletrônica.

O aplicativo também tem a finalidade de auxiliar o Oficial de Justiça no planejamento do seu trabalho, com funcionalidades que colaboram na organização do volume de mandados, indicando prioridades e alertando sobre os vencimentos dos prazos, auxiliando na elaboração do roteiro, na geração das certidões e no cumprimento do mandado. Além disso, o recebimento de novos mandados poderá ser detectado pelo Oficial de Justiça durante as diligências, podendo agilizar cumprimentos que eventualmente já poderiam ser realizados nas redondezas de onde já se localiza.

O aplicativo funciona “off-line”. Basta sincronizá-lo quando estiver em local com rede de celular ou wi-fi. Dessa forma, o cumprimento de mandados em regiões sem acesso a internet não é um problema.

Na esteira das novas ferramentas, a Direção do Foro encaminhou a substituição, para modernização, de 220 unidades de telefones celulares de uso pelos oficiais de justiça em serviço, além de 25 telefones celulares para as subseções da SJRS.



## UTILIZAÇÃO DE VEÍCULOS DA FROTA OFICIAL

Diante da redução no quadro de Agentes de Segurança e Transporte aptos a atuarem em apoio aos Oficiais de Justiça de Porto Alegre no cumprimento dos mandados judiciais, a Direção do Foro publicou a Portaria nº 2018, de 26 de novembro de 2019, autorizando a condução de veículos oficiais pelos Oficiais de Justiça. Ainda, pesavam na situação a natureza e circunstâncias específicas de cada mandado/diligência, sendo preciso viabilizar ao executante as condições necessárias para que cumprisse os atos com eficiência e eficácia.

## ACOMPANHAMENTO E DESENVOLVIMENTO

Também merecem registro as atividades específicas para os executantes de mandados promovidas pelo NADH, por meio de sua Seção de Psicologia. Em 2019, houve o Encontro Estadual de Oficiais de Justiça Avaliadores Federais, do qual participaram, entre outros, a Corregedoria do TRF4 e a Direção do Foro da SJRS. Na oportunidade, também foi apresentada a minuta do documento de instituição da Comissão de Atenção à Saúde, ao Trabalho e à Segurança dos Oficiais de Justiça Avaliadores Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, situação formalizada pela Portaria



nº 2305/2019. Desde abril de 2021, a Seção de Psicologia mantém encontros mensais com Oficiais de Justiça, com o objetivo de conversar sobre trabalho, pandemia e saúde mental.

Na área de desenvolvimento, foram realizadas duas atividades formativas, os cursos Segurança e Defesa Pessoal (2019) e Orientações sobre Manejo do Oficial de Justiça em Diligências com Pessoas em Risco de Suicídio (2020), que tiveram como objetivo melhor preparar os servidores para situações de risco em sua rotina.

## MELHORIAS ESTRUTURAIS

### *ENERGIA FOTOVOLTAICA*

Durante o período 2019-2021, a Direção do Foro da SJRS deu continuidade à iniciativa de instalação da planta fotovoltaica nas dependências da Subseção Judiciária de Rio Grande, conforme projeto iniciado na gestão anterior. O Núcleo de Apoio Operacional foi responsável pela elaboração do termo de referência, contratação e fiscalização da execução por empresa especializada.

### *MODERNIZAÇÃO E ACESSIBILIDADE*

Na Subseção Judiciária de Porto Alegre, aconteceu a modernização e adequação de acessibilidade de sanitários e salas multiuso no prédio-sede, além da reforma dos vestiários localizados no andar do estacionamento (E).



Planta fotovoltaica da Subseção de Rio Grande



Passo Fundo: nova rampa de acesso



Passo Fundo: vagas de estacionamento exclusivas para idosos e pessoas com deficiência

Ainda na capital, houve a concretização de um importante projeto para o aumento do bem-estar de todos que ocupam ou circulam pelo prédio-sede. O recebimento dos projetos, a contratação e a fiscalização da obra para a nova central de água gelada do sistema de ar condicionado ficaram sob responsabilidade do NAOP e tiveram seu término no início de 2021.

Na Subseção Judiciária de Passo Fundo, as intervenções realizadas estavam ligadas à melhoria da acessibilidade ao prédio. Foram removidas rampas e escadarias antigas, que deram lugar a novas construções, mais adequadas às normas vigentes sobre o tema.



Novos grupos-geradores de Porto Alegre

## ENERGIA - SEGURANÇA E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS

A SJRS, diante da necessidade de expansão e modernização dos grupos-geradores, acionados em situações de falta de energia para manter o funcionamento de elevadores, iluminação de emergência e, principalmente, toda a estrutura de TI que suporta os sistemas processuais e administrativos, realizou a substituição dos equipamentos antigos durante 2019 e 2020.

O novo sistema, agora com dois geradores, trouxe redundância (havendo falha de uma das máquinas a outra assume imediatamente seu lugar), maior potência disponível, que torna possível a expansão de equipamentos e sistema de TI, e melhores condições de acesso, permitindo que o fornecimento de combustível possa ser prestado por empresas especializadas, e facilitando a tarefa de reabastecimento manual em situações de emergência, com falta de energia elétrica prolongada.



Instalações do iNOVATCHÊ – Laboratório de Inovação da JFRS

## ESPAÇO INOVAÇÃO

Mais acessível e com melhor conforto térmico, o prédio-sede de Porto Alegre também recebeu as novas instalações do iNOVATCHÊ – Laboratório de Inovação da JFRS. O espaço - pensado e construído para possibilitar a atuação simultânea de diferentes equipes de projeto, de forma colaborativa e estimulante à criatividade - teve o projeto arquitetônico e termo de referência para reforma elaborados pelo Núcleo de Apoio Operacional.

## NOVAS INSTALAÇÕES

### **Santana do Livramento**

Em setembro de 2020, a Justiça Federal em Santana do Livramento fez a mudança para sua nova sede. Trata-se da primeira projetada com diversos requisitos de sustentabilidade, instituindo um novo modelo para as edificações da instituição. O novo prédio também conta com condições amplas de acessibilidade e está localizado na área central da cidade, facilitando o acesso do jurisdicionado aos serviços do órgão. Além disso, o valor do aluguel resultou 21% menor do que o anteriormente pago.



Santana do Livramento: nova sede entregue em 2020



Cachoeira do Sul: sede em etapa de conclusão

O imóvel foi edificado na modalidade build to suit, já tradicional nas construções de sedes da SJRS, em que ocorre a publicação de um edital de chamamento para selecionar um investidor interessado no empreendimento. Os prédios são construídos para atender as necessidades da instituição mediante locação futura, e o modelo já se mostrou eficiente e economicamente viável, com processo transparente.

O Núcleo de Apoio Operacional (NAOP) acompanhou todo o processo de construção, além da elaboração dos projetos de disposição do mobiliário e sinalização interna e externa da sede.

### **Cachoeira do Sul**

Seguindo o bem-sucedido modelo de built-to-suit, a Subseção Judiciária de Cachoeira do Sul está próxima de receber uma nova sede. As instalações estão em fase final de acabamento e, nos moldes do imóvel ocupado em Santana do Livramento, seguem critérios de sustentabilidade e responsabilidade ambiental. A ocupação do espaço está prevista para breve e trará melhores condições de trabalho aos magistrados, magistradas, servidores, servidoras, estagiários, estagiárias, terceirizados e terceirizadas de Cachoeira do Sul.

### **Pelotas**

A Direção do Foro assinou, em 28/05/2021, o protocolo de intenções para construção ou adaptação sob medida para locação de novo prédio-sede para a Subseção Judiciária de Pelotas, com previsão de conclusão do projeto num prazo de 24 meses. Uma vez mais, a intenção é seguir o modelo sustentável, econômico e eficiente que vem sendo adotado em outras sedes.

## **MANUTENÇÃO PREVENTIVA**

As melhorias nas sedes da JFRS realizadas durante a gestão incluem, ainda, a reforma da fachada no imóvel que abriga a Subseção Judiciária de Novo Hamburgo/RS. Parte significativa das atividades relacionadas às ações preventivas, atividade corrente na SJRS, foi realizada no local, permitindo a redução dos custos de manutenção das edificações a longo prazo.

## **INVESTIMENTO NA ESTRUTURA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

No que tange à ampliação e qualificação do acesso, é importante mencionar que a SJRS realiza suas atividades judiciais e administrativas com larga utilização de soluções de Tecnologia da Informação. Equipamentos, softwares e sistemas tornaram-se vitais para o funcionamento e melhoria dos serviços prestados ao jurisdicionado, propiciando, além de celeridade jurisdicional, considerável redução no consumo de materiais de expediente, e redução dos espaços necessários para armazenamento de materiais e para arquivamento de processos.

| Quantidade | Descrição                 |
|------------|---------------------------|
| 803        | Estações de trabalho      |
| 320        | Monitores                 |
| 300        | Notebooks                 |
| 01         | Scanner Planetário        |
| 406        | Câmeras para computadores |
| 85         | Televisores               |
| 10         | Servidores de rede        |
| 02         | Switches Core             |
| 02         | Storage All Flash         |

Diante desse cenário, em que a evolução tecnológica vem ao encontro da celeridade almejada na atuação jurisdicional, é fundamental a atuação proativa, eficiente e eficaz perante os desafios da inovação. A responsabilidade maior, portanto, recai sobre o Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI), que conta com 26 servidores em efetivo exercício em Porto Alegre e 16 distribuídos em 15 subseções do interior do Estado.

Esses profissionais, na esteira da inovação sistêmica aplicada ao Poder Judiciário, buscam aperfeiçoar a governança de tecnologia da informação e comunicação por meio da criação de ferramentas informatizadas, com vistas a superar as restrições causadas pela carência de servidores. Iniciativas como o Sistema Digital de Atermação e a Integração Zoom-Eproc para marcação de audiências foram totalmente desenvolvidas no âmbito do NTI.

Cabe esclarecer, ainda, que a SJRS tem em suas bases de dados informações sensíveis que exigem armazenamento que garanta a segurança e a integridade. Para o trato correto, seguro e adequado dessas informações é necessária estrutura tecnológica apropriada, desde o usuário até a capacidade de armazenamento.

Os investimentos na área, que ultrapassaram os 20 milhões de reais no somatório dos anos de 2019 e 2020, são considerados estratégicos, dada a veloz e contínua evolução das demandas e das respectivas soluções. Entre as aquisições e contratações realizadas durante a gestão, estão aquelas afetas a equipamentos como notebooks, storages e mini desktops, exemplos de investimentos que pretendem o avanço necessário para manutenção do grau de qualidade do parque tecnológico da instituição.

## QUALIFICAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS

A crescente interiorização da Justiça Federal, somada à realização de um número cada vez maior de diligências em locais de difícil acesso, tornou premente a necessidade de incrementos na frota institucional. Embora a instituição dispusesse de nove pick-ups, apenas cinco destas possuíam tração 4x4 e já contavam com mais de quinze anos de uso.

| Tipo de veículo      | Subseção beneficiada  |
|----------------------|-----------------------|
| Novo                 | Rio Grande            |
|                      | Porto Alegre          |
|                      | Pelotas               |
|                      | Uruguiana             |
|                      | Santa Maria           |
|                      | Santiago              |
|                      | Santo Ângelo          |
|                      | Carazinho             |
|                      | Caxias do Sul         |
|                      | Santana do Livramento |
| Redistribuído        | Erechim               |
|                      | Santa Cruz            |
|                      | Santa Rosa            |
|                      | Cruz Alta             |
|                      | Lajeado               |
|                      | Cachoeira do Sul      |
|                      | Bagé                  |
| Palmeira das Missões |                       |

Dessa forma, o Núcleo de Apoio Operacional, por meio da Seção de Transportes, propôs a aquisição de novos veículos com características que atendessem a essa demanda importante de toda a Seção Judiciária.

A área ficou responsável pela elaboração do termo de referência, compra e recebimento, ocorrido em dezembro de 2020, de dez caminhonetes novas, modelo S-10, do tipo cabine dupla, com tração 4x4, com combustível diesel para uso na Seccional.

O movimento não apenas destinou veículos novos para Subseções do interior do estado, mas, através da redistribuição de veículos mais antigos, permitiu que unidades que possuíam apenas veículos de pequeno porte recebessem carros maiores, proporcionando maior capacidade de carga e enfrentamento de terrenos mais acidentados nas diligências necessárias.

## *EQUIPAMENTOS PARA SEGURANÇA*

A administração, no biênio 2019/2021, realizou investimentos na aquisição de equipamentos de segurança para uso dos Agentes do Grupo Especial de Segurança - GES e dos Agentes de Subseções do interior. Houve avanços na modernização dos armamentos do GES, em adequação às Portarias de regência na área de segurança no âmbito da 4ª Região. Foram adquiridos novos coletes balísticos, bastões retráteis, algemas, cintos, coldres e capas de coletes operacionais padronizados.

Ainda, seguem as tratativas para autorização pelo exército para a aquisição de espargidores de gás pimenta e lacrimogêneo, além das armas condutoras de energia.

Por fim, em 2019, houve a realização da capacitação anual para os agentes do GES, no sistema de imersão, em escola de formação com sedes em Pelotas e Rio Grande. Na ocasião os agentes realizaram treinamento e habilitação para o manuseio de Pistola 9mm, espingarda calibre 12 e fuzil 5,56mm.



Porto Alegre: nova central de água gelada e do sistema de ar condicionado



Frota de veículos: caminhonetes novas recebidas em 2020

# SUSTENTABILIDADE

## RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

### FUTURIDADE

O Projeto Futuridade, iniciado em agosto de 2018, trouxe novas iniciativas e ideias para serem implementadas inicialmente no prédio-sede de Porto Alegre. O ano de 2019 viu os projetos tornarem-se realidade, e a implantação foi ampliada para a subseção de Passo Fundo. A previsão de expansão dos projetos para toda a Seccional, em 2020, foi suspensa em razão da pandemia. Ainda assim, as Subseções de Bento Gonçalves e Canoas iniciaram projetos na área ambiental e, nesses últimos dois anos, tornaram-se programas os projetos 'Copo Zero', 'Projeto Água', 'Gestão de Resíduos' e 'Fronteiras do Futuro'.

### Fronteiras do Futuro

O Projeto teve por objetivo a revisão dos editais para construção ou adaptação de prédios a serem locados pela SJRS, estabelecendo um novo parâmetro para as construções, de forma a que as sedes da instituição se tornem progressivamente mais sustentáveis. Exemplificando, o novo prédio da Subseção de Santana do Livramento recebeu a instalação de equipamentos com eficiência energética, dispositivos economizadores de água e luz, ventilação natural, paisagismo com aproveitamento de águas da chuva e placas fotovoltaicas.

As inovações, desenvolvidas pela gestão anterior e integralmente adotadas pela atual administração, são utilizadas como regra em todos os novos editais de chamamento, trazem a redução do impacto ambiental na implantação da nova sede, com a diminuição de custos de manutenção e operação, e possibilidade de melhora da qualidade de vida dos usuários do prédio.



Passo Fundo: ampliação do projeto Futuridade



Coletores para separação dos resíduos

## Copo Zero

O Projeto Copo Zero, assumido pela Administração ainda em fase inicial, buscou a eliminação da aquisição de copos plásticos e 'bombonas' de 20L de água mineral em toda a Seccional, e envolveu várias áreas da organização para alcançar êxito. Os copos plásticos foram substituídos, no caso dos usuários internos, por canecas ou garrafas individuais, e por copos de vidro para os usuários externos. Em substituição às 'bombonas' de 20L de água mineral foram instalados diversos purificadores/bebedouros de água, tanto nas áreas internas quanto externas.

## PROGRAMA DE GESTÃO DE RESÍDUOS

O Programa de Gestão de Resíduos, com a implantação finalizada em outubro de 2019, teve

a finalidade de desviar de aterro ou incineração diversos resíduos sólidos do prédio-sede de Porto Alegre. Foram disponibilizados coletores para papel, plástico, metais, vidros, e resíduos orgânicos, dispostos em todos os andares, além de residuários orgânicos nas copas/cozinhas das unidades, cujo monitoramento e coleta são realizados pelas equipes de limpeza. Foram retiradas as tradicionais lixeiras individuais. Ainda, há coletores para eletroeletrônicos, papelão, isopor, esponjas domésticas, materiais de escrita, cápsulas de café, tampinhas plásticas, pilhas, baterias e guarda-chuvas, na garagem. Na Seção de Saúde estão posicionados os coletores para cartelas de medicamentos vazias ou com produtos vencidos. O programa tem convênios e parcerias com entidades para o recolhimento de resíduos sólidos, de forma complementar à coleta do DMLU – Departamento Municipal de Limpeza Urbana. Durante o período

de pandemia, foram acrescentados coletores específicos para máscaras e luvas cirúrgicas.

A subseção de Novo Hamburgo também implementou projeto de Gestão de Resíduos, com a coleta de materiais de escrita, pilhas, cápsulas de café e tampinhas, entre outros itens.

As subseções de Passo Fundo e Bento Gonçalves igualmente implantaram projetos de Gestão de Resíduos, com a qualificação da coleta para a reciclagem.

### **Sustentare**

O Programa Sustentare é uma iniciativa do Governo do Estado do Rio Grande do Sul que trata da destinação e do descarte de eletroeletrônicos de órgãos e entidades públicas.

A SJRS aderiu à iniciativa em 2019 e, desde então, já encaminhou ao programa 1.179 equipamentos, garantindo a destinação correta de uma parcela de resíduos que possui alto impacto ambiental. O projeto é um esforço conjunto de diversas áreas da organização, que doam parte de seu tempo para realizar as etapas de encaminhamento dos equipamentos ao programa.



## **RESPONSABILIDADE SOCIAL**

### *TAMO JUNTO*

O projeto TAMO JUNTO, implantado em fevereiro/2020, tem por objetivo disponibilizar apoio aos jovens que participam do Programa de Aprendizagem na Justiça Federal - Projeto Portas para o Futuro. A iniciativa consiste em encontros semanais, por meio do Zoom, com todos os aprendizes da SJRS, em que se busca reforçar o vínculo dos jovens com a instituição, bem como o treinamento em assuntos relacionados ao órgão.

O Tamo Junto traz temas relacionados à cidadania, educação profissional, cultura, comportamento social, dentre outros. Participaram como palestrantes dos encontros servidores da SJRS, colaboradores externos (que atuam como educadores tanto em instituições de ensino como em entidades sociais) e, ainda, o Grupo Poetas Vivos, contratado para oferecer uma programação mais cultural e de entretenimento.

No contexto dos aprendizes, muitos não dispõem de acesso a recursos de informática e de internet, enquanto outros desempenhavam funções que não permitiam atuação no regime de teletrabalho. Ambas as situações prejudicaram a continuidade das atividades laborais durante o período da pandemia. Deste modo, o Tamo Junto contribui para o desenvolvimento intelectual/social necessário à formação profissional, atendendo, em parte, o objetivo do convênio firmado para o Programa de Aprendizagem da Justiça Federal.

### *HETEROIDENTIFICAÇÃO E COTAS NOS PROCESSOS SELETIVOS DE ESTÁGIO*

A situação das cotas nos processos seletivos sempre foi uma questão a ser solucionada, visto que

nem sempre as seleções de estágio alcançam um número representativo de cotistas. Isso porque, ou a porcentagem de cotas era insuficiente, ou porque o próprio processo seletivo não continha vagas suficientes para alcançar a posição classificatória onde eram enquadrados os cotistas.

Com o advento da Resolução CNJ n. 336/2020, houve uma ampliação da porcentagem do quantitativo de cotas aos negros nos processos seletivos de estágio dos órgãos do Poder Judiciário, que passou a destinação de 20% para 30%.

A mudança resolveu parcialmente a questão social do processo seletivo de estágio, mas muito na esfera do curso de Direito, que conseguia abranger um público de negros e em parte de portadores de deficiência.

Porém, as seleções de outros cursos (como, por exemplo, Administração e Psicologia), ficavam prejudicados em razão do menor número de vagas disponíveis, que quase nunca alcançavam as colocações onde estavam enquadrados os negros e portadores de deficiência.

Para equalizar isso, o NADH ajustou o ingresso de cotistas, vinculando editais antigos aos novos somente para o chamamento das cotas. Ou seja, implantou-se uma continuidade na contagem da sequência de cotistas entre as seleções anterior e atual, de modo a ampliar as possibilidades de convocações dos candidatos cotistas. Assim, se no processo seletivo anterior as vagas não atingiram nenhuma cota, no processo seletivo seguinte será observada a convocação do primeiro cotista como se esse estivesse em colocação de chamada no primeiro processo seletivo. Tal ajuste



visa a proporcionar maior justiça na inclusão dos cotistas.

Outra questão digna de atenção era a carência de transparência nos processos seletivos, de maneira a evitar possíveis questionamentos do modus operandi, principalmente em questões sensíveis como as cotas.

A preocupação não recaía sobre os processos envolvendo candidatos que eram portadores de deficiência – visto que esses se submetiam à perícia médica realizada pela Seção de Saúde no momento de seu ingresso – e, sim, naqueles com a participação de cotistas negros em razão da sutileza na identificação da raça. Para auxiliar na questão, foi criada - com a ajuda do Grupo de Trabalho em Direitos Humanos, Equidade de Raça, Gênero e Diversidade da SJRS - uma Comissão Extraordinária de Heteroidentificação para auxiliar na identificação fenotípica dos candidatos autodeclarados negros, que tiveram a inscrição homologada nos Processos Seletivos de Estágio.

Tal comissão é responsável por averiguar a veracidade das informações manuscritas apresentadas pelos candidatos no momento da inscrição na seleção.

É salutar ressaltar a importância do trabalho dessa comissão, visto que as decisões proferidas por ela, nos processos de identificação de candidatos, podem resultar na confirmação ou não das declarações recebidas nos processos seletivos de estágio, firmando o compromisso da SJRS com as ações afirmativas estabelecidas pelas resoluções do CNJ n. 203/2015 e n. 336/2020, e com o combate às fraudes nesses processos seletivos. O trabalho prossegue para a implantação das Comissões Permanentes, que atuarão de forma regionalizada em todo RS e contarão com apoio de organizações locais ligadas aos movimentos sociais.



### *COMISSÃO DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO AO ASSÉDIO MORAL E AO ASSÉDIO SEXUAL*

A Seção Judiciária do RS instituiu, em fevereiro de 2021, a Comissão de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral e ao Assédio Sexual. A equipe tem a importante missão de estabelecer ações de prevenção e realizar o encaminhamento de eventuais ocorrências relacionadas ao tema no âmbito da instituição. O grupo heterogêneo é composto por dez pessoas, entre representantes do público interno, dos trabalhadores terceirizados e membros de órgãos externos.

A iniciativa atendeu ao determinado pela Resolução nº 351/20 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e pela Resolução nº 66/19 do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) e visa promover e cuidar para que o ambiente de trabalho na SJRS seja digno, saudável e seguro. A instituição da comissão firma o compromisso da Seção Judiciária gaúcha em

combater práticas de assédio e discriminação, cujo resultado afeta a vida do trabalhador ocasionando danos à saúde física e mental.

**GRUPO DE TRABALHO PARA AÇÕES EM DIREITOS HUMANOS, EQUIDADE DE GÊNERO, RAÇA E DIVERSIDADES**

Em dezembro de 2019, a SJRS tornou-se signatária, junto com diversos outros órgãos do sistema de justiça, do Acordo de Cooperação Técnica 95/2019, que criou uma Rede Colaborativa de Direitos Humanos, Equidade de Gênero, Raça e Diversidades entre os participantes, para que fossem realizadas ações articuladas de interesse recíproco nesse âmbito.

Em setembro de 2020, iniciou a atuação do Grupo de Trabalho para ações em Direitos Humanos, Equidade de Gênero, Raça e Diversidades, com a meta de desenvolver ao menos uma ação por trimestre até 19 de dezembro de 2021, com ações permanentes a partir de outubro de 2020.

Ato contínuo à articulação do Grupo de Trabalho, iniciou a execução do plano de ação, tendo sido implementada em novembro de 2020 a programação do Mês da Consciência Negra JFRS – Edição Lanceiros Negros. Foram realizadas Mesas sobre os temas O negro na História da



região sul – Imagem, imaginário, formação social e territórios negros, no dia 03 de novembro de 2020, O debate racial no Poder Judiciário, políticas públicas e práticas institucionais no dia 05 de novembro e, por fim, no dia 10 de novembro Boas práticas institucionais de combate ao racismo. O Mês de reflexão se encerrou com a Aula Magna do Professor Thiago Amparo, no dia 24.

O Grupo de Trabalho ainda participou, em novembro de 2020, do módulo UPGRADE do programa de competências coletivas para tratar o tema da diversidade com gestores da SJRS.

E, no mês de dezembro, numa colaboração com o Projeto Círculos de Conversa, foi realizado o círculo de conversa virtual Conversas necessárias: Vamos falar sobre o antirracismo?

Em dezembro de 2020 o Grupo colaborou com a organização da celebração do Termo Aditivo e

adesão de novos membros à Rede Colaborativa do Acordo de Cooperação Técnica 95/2019.

Em 2021, foi realizada a Semana da Diversidade da Mulher e, em abril de 2021, foi iniciado o Ciclo de Atualização em Direito Constitucional – Direitos Humanos em Foco, uma ação educativa que tem 6 palestras previstas ao longo de 2021: (1) O Cenário Pós Moderno dos Direitos Humanos, (2) Novas Tecnologias e Proteção de Dados Sensíveis, (3) Liberdade de Expressão e Combate ao Discurso de Ódio, (4) Capacitismo e a Lógica da Corponormatividade, (5) Direitos e Garantias Constitucionais das Populações tradicionais: Indígenas, Quilombolas, Ciganos, (6) Estratégias Institucionais de Prevenção e Combate a Toda Forma de Discriminação: Racismo, Sexismo, Homofobia, preconceito Etário, Exclusão da Pessoa com Deficiência e Exclusão Digital.

Também teve início em maio de 2021 o curso Sistema Jurídico de Combate à Discriminação e ao Racismo no Brasil: da origem da exclusão às respostas normativas contemporâneas para a inclusão. Com duração de 30h, a capacitação, pioneira tanto no setor público quanto no privado, esgotou em menos de 24h as vagas oferecidas.

### *JUSTIÇA RESTAURATIVA*

Em dezembro de 2019, foi criado um grupo de trabalho para implantar a Justiça Restaurativa na SJRS. O enfoque foi centrado em três frentes: formação de facilitadores, aplicação de práticas restaurativas na execução penal e realização de círculos de conversa, orientados pela metodologia dos círculos de construção de paz e voltados para o público interno da instituição.

Os círculos de conversa foram realizados, inclusive, durante o período de pandemia, de forma online, trabalhando problemas surgidos com o isolamento

social e o auxílio emergencial. A ideia do grupo é justamente focar em temáticas diversas, escolhendo demanda que surgir em cada mês.

A iniciativa, na SJRS, surgiu a partir da Resolução nº 225/2016, do CNJ, que implantou a Política Nacional de Justiça Restaurativa no âmbito do Poder Judiciário, que tem por objetivo difundir e expandir uma nova concepção na forma de resolução dos conflitos, pautada no respeito aos direitos humanos fundamentais e na lógica da inclusão, harmonização e pacificação das relações sociais.

Em novembro de 2019, o grupo promoveu, com apoio da direção do Foro, a palestra da Etapa Compreender, que tratou de aspectos conceituais, além de valores e princípios da JR. Os professores doutores Raffaell da Porciúncula Pallamolla e Daniel Silva Achutti foram os responsáveis por discutir a temática.

Durante os meses de maio e junho de 2020, foi realizada a primeira turma do curso teórico Introdução à Justiça Restaurativa, primeiro na área coordenado por magistradas da SJRS. O curso destinou-se à capacitação e treinamento de magistradas, magistrados, servidoras, servidores, colaboradoras e colaboradores externos vinculados à Justiça Restaurativa. Foram abordadas técnicas de Justiça Restaurativa, fornecendo ferramentas teóricas e práticas para avaliar a possibilidade e conduzir práticas restaurativas, dentro do âmbito de atuação da Justiça Federal.

Por fim, está em andamento no TRF4, a criação de normativo específico sobre o tema, que, além de firmar as diretrizes do trabalho na 4ª Região, criará estruturas física e de pessoal para o aprimoramento desta política institucional.



JUSTIÇA FE



# PESSOAS

## LOTAÇÕES E NOMEAÇÕES

### *POSSES E AMBIENTAÇÃO ONLINE*

A pandemia da Covid-19 obrigou a SJRS a alterar o formato das posses de novos servidores. A atividade, que tradicionalmente acontecia nas dependências da Direção do Foro, passou a ocorrer remotamente. Em 24/07/2020, assumiram os primeiros de 64 servidores virtualmente empossados na Justiça Federal gaúcha na presente gestão.

Outra novidade foi a adaptação para o meio virtual de atividades que visavam a integrar, apresentar a estrutura e finalidade do trabalho, além de fornecer informações importantes sobre a nova carreira. A chamada “ambientação” foi dividida em quatro etapas, todas realizadas por meio de

videoconferência, buscando o estabelecimento de vínculos entre os novos colegas, especialmente importante no momento de isolamento social vivenciado.

### *LOTAÇÃO E RELOTAÇÃO*

Ciente de que a gestão dos recursos humanos, dentre as tarefas afetas à administração, é uma das mais relevantes e, ao mesmo tempo, complexas, a atual gestão publicou a Portaria 574/2021. O normativo, elaborado a partir de iniciativa da Seção de Psicologia do Núcleo de Acompanhamento e Desenvolvimento Humano, regulamenta os procedimentos de movimentação funcional de servidores no âmbito da Seção Judiciária do RS, estabelecendo diretrizes formais e critérios objetivos para a relocação de servidores.



Posse coletiva e presencial de servidores, última antes da pandemia

## DESENVOLVIMENTO

Também por meio do Núcleo de Acompanhamento e Desenvolvimento Humano, as atividades voltadas à capacitação e treinamento dos servidores prosseguiram, mesmo durante o período de teletrabalho integral em toda a seção judiciária. Sob condução da Seção de Desenvolvimento, os cursos foram adaptados ao ambiente digital quando as circunstâncias assim o exigiram.

### **Curso Procedimento Comum Aplicado às Causas de Natureza Previdenciária**

Realizado ainda em formato presencial, o curso teve três edições (05 e 06/09/2019 - 09 e 10/10/2019 - 03 e 04/12/2019), tendo como público-alvo servidores do Núcleo de Contadoria da capital e das varas federais com competência previdenciária e processos do rito comum. Ao todo, foram mais de 150 participantes.

### **Encontro de Varas Criminais (12 e 13/11/2019)**

Reunindo gestores e servidores que atuam nas varas de competência criminal, o encontro realizado de forma presencial contou com aulas expositivas e dialogadas, com apoio de material textual e audiovisual, além de atividades em grupos para debate dos temas em tela. Além disso, houve incentivo à troca de experiências sobre procedimentos comuns entre as unidades de mesma competência, o que resultou em boas avaliações pelos participantes.

### **13ª Reciclagem para os Agentes de Segurança (16/11/2020 a 11/12/2020)**

Promovido integralmente pela plataforma Zoom, o curso contou com a participação do Diretor do Foro e do Diretor da Secretaria Administrativa.

As atividades envolveram a demonstração de armamentos e colocação de tornozeleiras eletrônicas, realizada pelos próprios agentes, uma vez que a tarefa passaria a fazer parte de suas funções. Além da plataforma de videoconferência, a atividade utilizou o e-mail institucional e o GoogleDocs para verificação da presença.

### **Avaliações de estágio probatório e progressão funcional**

Além dos cursos e seminários, os procedimentos de avaliação também passaram por adaptações ao formato remoto em razão da pandemia. Com a mudança, houve aumento na demanda por orientações, expedidas pela Seção de Desenvolvimento, e por informações, solicitadas por servidores e gestores envolvidos nos procedimentos de avaliação de desempenho.

### **Programas Gerenciais**

Em 2019, a turma "N" do Competências Coletivas, composta por 13 pessoas (dentre magistrados substitutos, magistradas substitutas, diretores e diretoras de secretaria e de núcleo), concluiu o nível avançado do programa, com 80 horas de conteúdos



Encontro das Varas Criminais

e trocas. No mesmo ano, aconteceu a 5ª edição do Upgrade, que contou com 13 participantes, dentre magistradas e magistrados titulares e diretoras e diretores de secretaria e de núcleo, com 52 horas de compartilhamento de conhecimento e interações.

No ano seguinte, em decorrência da pandemia da covid-19, os programas tiveram que ser adaptados totalmente para o formato online, com muito sucesso. A turma “O” do Competências Coletivas concluiu o nível Básico e contou com 13 participantes, mesmo número de integrantes da turma virtual que participou da 6ª edição do Upgrade.

Apartir das edições de 2020, passou-se a contar com magistrados e magistradas titulares e substitutos em ambos os programas e, também, com a inserção dos diretores, diretoras, supervisores e supervisoras de Apoio Judiciário e Administrativo das subseções (DAJAs e SAJAs). A ampliação do público-alvo refletiu o entendimento da importância da pluralidade de percepções e oportunidades de trocas e aprendizados que diferentes níveis de gestão podem propiciar ao desenvolvimento das lideranças.

Em 2021, a turma “O” está participando do nível Avançado do programa Competências Coletivas, com os mesmos 13 participantes do nível básico, e a 7ª edição do Upgrade acontece com 10 participantes, ambas as atividades em formato virtual.

## CULTURA E MEMÓRIA INSTITUCIONAL

O Núcleo de Documentação e Memória proporcionou, durante a gestão 2019-2021, diversas iniciativas ligadas à cultura e à memória institucional.

### **Contando história... Buscando justiça: O Período de 1890-1930**

Iniciada em 2019 e disponível de forma permanente no Memorial da Justiça Federal do RS, a exposição física busca dar visibilidade aos processos judiciais antigos e raros que compõem o acervo da SJRS e retratam parte da história gaúcha.

### **Exposição fotográfica Nós no Mundo**

Exposição realizada em dezembro/2019, no Espaço Expositivo do 9º andar, com o intuito de dar visibilidade ao trabalho da equipe de Gestão de Resíduos Sólidos (Projeto Futuridade/ Programa de Sustentabilidade da SJRS). Incentivou a reflexão sobre a coleta seletiva de resíduos e mudanças de hábitos em prol do meio ambiente.

### **Processos Históricos**

Projeto desenvolvido ao longo de 2020, foi desenvolvido em parceria com a Seção de Comunicação Social. Por meio de notícias publicadas mensalmente na Intranet e no Portal da SJRS, foi dada visibilidade a processos considerados históricos e relevantes na trajetória da instituição.

### **Exposições História do Trabalho da Mulher e Centenário do 8 de Março**



Lançamento da exposição dos 20 anos do Grupo Especial de Segurança

O mês de março de 2020 foi destinado ao acolhimento, por empréstimo, de duas exposições temporárias do Memorial da Câmara dos Vereadores. Elas estiveram abertas à visitação no Espaço Expositivo do 9º andar.

### **GES – Grupo Especial de Segurança: 20 Anos de Segurança Institucional**

O lançamento da exposição virtual, em abril de 2020, marcou os 20 anos de atuação do Grupo Especial de Segurança e deu visibilidade às suas atividades. A exposição está disponível na página do Memorial no Portal da JFRS (<https://www2.jfrs.jus.br/ges-grupo-especial-de-seguranca-20-anos-de-seguranca-institucional/>).

### **Semana Nacional de Museus**

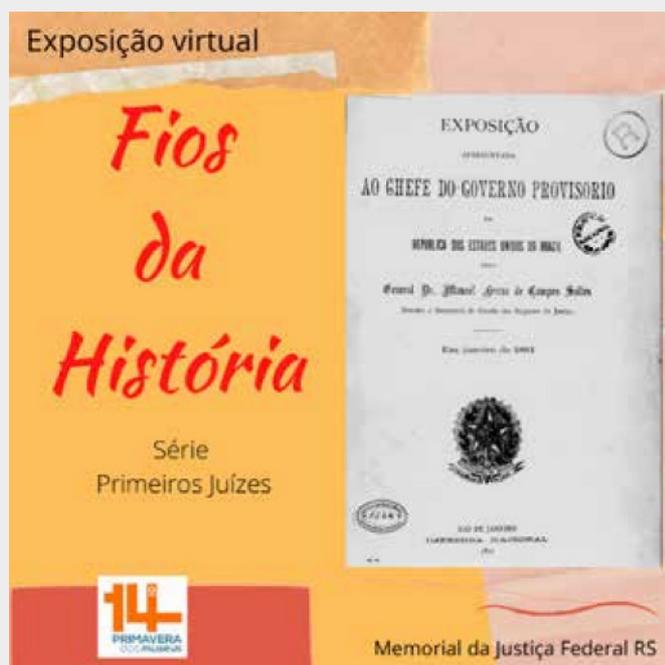
A 18ª Semana Nacional de Museus ocorreu em maio de 2020 e teve a participação virtual da SJRS. O evento acontece anualmente para comemorar o Dia Internacional de Museus, comemorado no dia 18 de maio, quando museus brasileiros desenvolvem programação especial em prol dessa data. O Memorial realizou uma oficina criativa sustentável, ministrada em vídeo por Eliana Colognese, designer de joias e acessórios, que utiliza materiais descartados e recicláveis

em suas artes. Na atividade, a designer ensinou a confeccionar o “Colar da União”, representando os laços de amizade e afetos que começam a partir da inclusão das pessoas em nossas vidas.

### **Semana Nacional de Arquivos**

No mês de junho/2020, houve a participação virtual na 4ª Semana Nacional de Arquivos, ação coordenada pelo Arquivo Nacional e pela Fundação Casa de Rui Barbosa, que acontece anualmente para comemorar o Dia Internacional dos Arquivos, 09 de junho. O acontecimento ensejou a realização da exposição virtual Reparar para Preservar, que apresenta o procedimento de reparo dos autos findos históricos, danificados e fragilizados pela ação do tempo, e está disponível na página do Memorial, localizada no portal da JFRS. (<https://www2.jfrs.jus.br/reparar-para-preservar/>).

### **Primavera dos Museus**



Setembro de 2020 foi marcado pela participação na 14ª Primavera dos Museus, com a exposição virtual Fios da História - Série Primeiros Juízes, contendo fotos e currículos dos primeiros juizes empossados na seccional gaúcha, na primeira fase da Justiça Federal do RS, de 1890 a 1937. A exposição está disponível na página do Memorial. (<https://www2.jfrs.jus.br/fios-da-historia-serie-primeiros-juizes>).

Ainda, dentro da programação, em 24/09/2020, foi realizada pelo Instagram a live Primeiros Juízes, a gravação está disponível no canal da SJRS no Youtube. (<https://www.youtube.com/watch?v=wltQM3vwutQ&t=1156s>)

### **DiverCIDADE étnica, social e cultural na história de Porto Alegre**

Atividade alusiva ao aniversário de Porto Alegre (26 de março), com palestra do historiador e professor da PUCRS Charles Monteiro, disponível no canal da SJRS no Youtube ([https://www.youtube.com/watch?v=zMX8xK\\_DJhc&t=3462s](https://www.youtube.com/watch?v=zMX8xK_DJhc&t=3462s)).

### **20 anos da Lei dos Juizados Especiais Federais – simplificando o processo, facilitando a vida**

A exposição virtual, realizada em maio de 2021, foi a primeira ação da Comissão de Gestão da Memória da SJRS. Promovida em comemoração ao Dia da Memória do Poder Judiciário (10 de maio) e parte das atividades da 19ª Semana Nacional de Museus, está disponível na página do Memorial na internet. (<https://www2.jfrs.jus.br/exposicao-20-anos-da-lei-dos-jefs/>).

O lançamento da mostra, em 10 de maio, incluiu um bate-papo virtual sobre Memória e História dos JEFs, com a participação do Desembargador

Federal aposentado Vladimir Passos de Freitas e magistrados, magistradas, servidores e servidoras da Justiça Federal. O evento está disponível no canal da SJRS no Youtube (<https://youtu.be/QRW8fCroLVQ>).

## **HUMANIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO**

### *PROJETO CÍRCULOS DE CONVERSA*

As circunstâncias de isolamento, incertezas, perdas e medos impostos pela pandemia da Covid-19 no ano de 2020 ensejaram várias ações na SJRS. A partir de conversas sobre os desafios da maternidade/paternidade no período de quarentena, promovidas pela Rede de Apoio à Saúde Mental, percebeu-se a necessidade de proporcionar mais um espaço de escuta e fala, como forma de apoio aos colaboradores durante o período de teletrabalho compulsório e isolamento social. Em conjunto com o Grupo de Trabalho de Justiça Restaurativa da SJRS, foram convidados servidores, servidoras, magistrados e magistradas que possuíam formação como facilitadores de Justiça Restaurativa e Círculos de Construção de Paz para a realização de encontros virtuais.

A escolha do nome “Círculos de Conversa”, a definição dos propósitos, a escolha dos temas para cada círculo, o planejamento, a divulgação, a comunicação com os interessados e a avaliação após cada círculo foram atividades construídas coletivamente, de forma horizontal e com a participação e empenho de toda a equipe.

Até o momento, foram realizados dezoito Círculos de Conversa, com abordagem de diversos temas, como parentalidade, perdas na pandemia, solidão ou solitude, recomeço e novos arranjos na pandemia. Foram abertos ao público, mediante inscrição dos interessados, ou voltados a grupos

específicos, como equipes de vara, Cejuscon ou em atuação em ações do Auxílio Emergencial. Também foram desenvolvidos círculos em parceria com o Grupo de Trabalho para Ações em Direitos Humanos, Equidade de Gênero, Raça e Diversidades, denominados “Conversas Necessárias”.

### EVENTO DE VALORIZAÇÃO

A edição 2020 do tradicional evento foi organizada de forma conjunta entre o NADH e o Laboratório de Inovação da JFRS (iNOVATCHÊ). Realizado no Dia do Servidor Público (28/10), o encontro virtual manteve a tradição de celebrar aqueles que escolheram dedicar parte de suas vidas à Justiça Federal e sua missão institucional, destacando especialmente as pessoas que completam 10, 15, 20, 25 e 30 anos de serviço à SJRS. O evento, que acontecia localmente, foi unificado e, pela primeira vez, permitiu a interação entre participantes de todo o Estado através da plataforma digital de videoconferência. Foi preciso inovar em termos de roteiro e abordagem para enfrentar o grande desafio de suprir a ausência do contato pessoal.

O resultado superou as expectativas, somando mais de 200 acessos simultâneos e oferecendo às pessoas a oportunidade de compartilhar depoimentos de valorização das relações interpessoais, atitude especialmente relevante em um momento em que todos se encontravam privados da convivência física nas instalações da SJRS.



### CAFÉDERAL

O Cafédéral foi uma iniciativa de servidores da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, do Paraná e do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, integrantes da Rede de Saúde Mental iniciada pela Seção de Psicologia do NADH. Com foco nos estagiários, a atividade visa a promover a saúde mental na relação com o trabalho, oportunizar uma interação direta entre os que estão estagiando, além de reflexões acerca do momento vivido por todos. Por meio de encontros virtuais, o Cafédéral possibilita a convivência e a troca de experiências nos ambientes laborais, que eram comuns durante as atividades presenciais pré-pandemia. No ano de 2020, foram realizadas três edições, que reuniram cerca de 140 estagiários.

# INOVAÇÃO

## iNOVATCHÊ – Laboratório de Inovação da JFRS

De 2019 a 2021 muitos projetos foram desenvolvidos, sob demanda da própria SJRS ou a convite de outros órgãos como a Corregedoria Regional da Justiça Federal da 4ª Região e do CNJ, com atuação autônoma ou em parceria com outros laboratórios do país.

### CAPACITANDO PARA INOVAR

A SJRS contratou no final de 2020 a empresa MJV para uma capacitação em inovação, dividida em duas etapas: a primeira etapa com aulas sobre os temas Future Thinking e o Mundo pós-Covid, Mindset e Metodologias Ágeis, Mindset e Metodologias Ágeis, transmitida pelo Zoom e abertas a todos os servidores, servidoras, magistrados e magistradas. Na segunda etapa, 40 servidores, servidoras, magistrados e magistradas colocaram a mão na massa para elaborar projetos de inovação nas seguintes áreas: 1: "ATENDIMENTO remoto centralizado, reformulação, colaboração e integração de equipes". 2: "Treinamento e CAPACITAÇÃO remotos, recepção e integração de novos servidores e estagiários". 3: "Direitos humanos, diversidade e INCLUSÃO, horizontalização da cultura organizacional e internalização dos ODS". 4: "Humanização, integração, motivação, comunicação e gestão de equipe no TELETRABALHO". 5: "Uso de INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL na Justiça Federal, Centros de Inteligência e desjudicialização".

Assim como os tradicionais Programas de



Competências Coletivas e de Up Grade, a SJRS incorporou a Capacitação em Inovação na sua oferta anual aos servidores, servidoras, magistrados e magistradas, porque entende que a inovação é um caminho para resolver os desafios que se impõem ao órgão.

A SJRS também está participando do Programa de Inovação HUBJUS na modalidade multi company de forma remota, promovido pela WeGov, com um time de 5 servidores e magistrados. A SJRS propôs ao time como desafio para a capacitação o aperfeiçoamento e a integração das ações de inteligência do órgão, contribuindo para a estruturação do Centro Local de Inteligência Processual.

### PROJETOS

#### Responsabilidade social

**Acessibilidade e inclusão:** o projeto aconteceu no segundo semestre de 2019. Nasceu com a intenção de garantir à sociedade uma prestação jurisdicional acessível, rápida e efetiva. Pautou-se na criação de um Ecossistema de Inovação,

por meio do estabelecimento de parcerias interinstitucionais para elaboração de propostas inovadoras, promoção da acessibilidade e inclusão nos órgãos do Centro Administrativo Federal de Porto Alegre. Participaram do projeto os servidores e lideranças dos seguintes órgãos: Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4); Ministério Público Federal, representado pela Procuradoria Regional da República da quarta região (PRR4) e pela Procuradoria da República no Rio Grande do Sul (PRRS); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE/RS); Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO/RS); Ministério da Economia do Rio Grande do Sul, representado pela Superintendência de Administração do Ministério da Economia (SRA-ME) e pela Receita Federal do Brasil (RFB); Defensoria Pública da União (DPU/RS); Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/RS).

Drive das fotos:

<https://drive.google.com/drive/folders/1ZtVubOXb5LRntkO3MzObNpDjd3A9toc9?usp=sharing>

### Voronoy-Delaunay:

Coordenado pelo iNOVATCHÊ, o projeto ajudou a conectar servidores, servidoras, magistrados e magistradas das três Seções Judiciárias e do TRF da 4ª Região, além de servidores e servidoras de outros órgãos, como IBGE, TRT, etc. em um momento em que todos partiam para o teletrabalho compulsório, em decorrência do isolamento social imposto pela pandemia.

Unindo servidores em torno do propósito de auxiliar as pessoas que estavam passando por dificuldades durante esse período, foi possível aprender a





Atividades do projeto de acessibilidade e inclusão

desenvolver projetos de forma totalmente virtual, com o uso de novas ferramentas.

O projeto resultou em duas lindas campanhas: "Direito Solidário: (re)ursos para o bem" e "Cuia Solidária". Juntas, conseguiram arrecadar mais de R\$ 85.000,00, que foram doados em cestas básicas ou recursos em espécie a mais de 60 entidades beneficentes cadastradas na etapa inicial. Em 2020, o projeto foi premiado em segundo lugar no "Prêmio Inovação" do Judiciário Exponencial, na categoria "Enfrentamento de Crise".

### Webinários direito solidário

O iNOVATCHÊ, contando com a colaboração voluntária de Juízes e servidores da Justiça Federal

da 4ª Região, bem como parceiros de outros órgãos e da sociedade em geral, desenvolveu uma forma de conectar profissionais do direito (estudantes, advogados, servidores, juízes e operadores do direito em geral) àqueles que mais precisam de recursos, em decorrência da pandemia da Covid-19.

Foram realizados webinários temáticos (videoconferência com fins educacionais) e gratuitos, abertos ao público em geral e de caráter beneficente, com adesão voluntária de professores e palestrantes renomados, sobre temas atuais do direito. Todos puderam assistir sem custo algum, mas com a possibilidade de realizar doações espontâneas para as entidades cadastradas no Projeto.

Entregas dos donativos arrecadados



Dia 13 de maio de 2020, tivemos nosso 1º Webinário Covid-19 – Embates Globais <https://www2.jfrs.jus.br/webinariocovid19/>

Dia 25 de junho de 2020, transmitimos o 2º Webinário Covid-19: EMBATES HUMANOS <https://www2.jfrs.jus.br/webinario2>

Dia 23 de julho de 2020, transmitimos o 3º Webinário Covid-19: RECONSTRUÇÃO SOLIDÁRIA E SUSTENTÁVEL <https://www2.jfrs.jus.br/webinario3>

Os webinários foram mais uma linda forma de compartilhar conhecimento gratuitamente com todos e, ao mesmo tempo, captar recursos para ajudar àqueles que mais estavam precisando no momento!

### **Cuia solidária**

A Cuia Solidária foi criada como um instrumento capaz de transformar o desejo de quem quer fazer algo, ainda que isolado em sua casa, num gesto concreto e de respeito ao próximo.

Dia 21 de maio de 2020 foi realizada a primeira live, em que se apresentou o projeto, e falou-se também sobre inovação, sustentabilidade, parcerias e solidariedade.



### **Rodeio dos desgarrados**

Dia 10 de junho de 2020, foi transmitida, ao vivo, a 1ª ação musical online realizada pelo iNOVATCHÊ em parceria com a Rede de Apoio à Saúde Mental. Servidores, servidoras, magistrados e magistradas da SJRS apresentaram suas interpretações de canções nativistas e declamação de poemas gaudérios. A iniciativa conjunta teve por objetivo unir as pessoas em torno da música, dar espaço para os talentos existentes dentro da instituição e divulgar a Cuia Solidária. <https://youtu.be/anurQ9acFss>

### **Feira de natal virtual**

No final de 2020, a SJRS realizou sua tradicional feira de Natal de forma totalmente virtual. A Feira de Natal é uma forma de incentivar o consumo de produtos produzidos por artesãos da região.

<https://www.facebook.com/laboratoriojfrs/videos/205342867788488>



## Campanha de material escolar para terceirizados estudantes e filhos

Em 2021, a campanha foi realizada pelo iNOVATCHÊ, com os recursos arrecadados através da inscrição das artesãs para a participação na Feira de Natal Virtual e doação de servidores. Ao todo, em Porto Alegre, foram produzidos 114 kits para serem entregues aos alunos da educação infantil à universitária.



Entrega dos kits de material escolar

## GESTÃO

**JUSTAPOSIÇÃO:** plataforma desenvolvida para auxiliar na relação ou alocação temporária de servidores e servidoras.

**FALA JUSTA:** projeto proposto pela Corregedoria Regional da Justiça Federal da 4ª Região, integrando os laboratórios de inovação da SJPR (Linc), SJRS (iNOVATCHÊ) e SJSC (Labjus), com o objetivo geral de desenvolver ideias/soluções para problemas e/ou oportunidades na promoção de melhoria da comunicação institucional.

O projeto foi realizado durante o segundo semestre de 2020, com a participação de 22 pessoas, dentre magistrados, magistradas, servidores, servidoras e público externo de toda a 4ª região, como representantes da OAB, DPU e FETAESC. As propostas foram encaminhadas à Corregedoria para validação e possível implementação futura.

**PROJETO PERTENSER:** proposto pela Corregedoria, contou com o auxílio do laboratório de inovação na fase inicial do projeto, que, posteriormente, trouxe novas formas de se fazer a gestão nas unidades.



Reunião da equipe do projeto Fala Justa

**DESAFIO CO-LABORANDO:** a convite da Corregedoria para promover a inovação, o trabalho colaborativo, o senso de pertencimento institucional e a criatividade, de forma a oportunizar a melhoria da performance e da qualidade de vida e saúde dos colaboradores, o iNOVATCHÊ aderiu ao desafio com dois times:

**EFERVESCENTES NO ALQUINGEL:** Colaboração entre a 2ª Vara Federal de Porto Alegre e o Laboratório de Inovação da SJRS visando à integração entre os servidores da vara e ao desenvolvimento de uma cultura de trabalho da equipe. Deu-se por meio de dinâmicas e ferramentas utilizadas no iNOVATCHÊ para a criação de projetos, funcionando como um experimento piloto para futuras rodagens junto a outras unidades jurisdicionais da SJRS, intensificando a cultura de inovação na instituição.

**EGRÉGORA SUL:** Equipe formada pelas seguintes unidades jurisdicionais e administrativas: 1ª Vara Federal de Florianópolis, 1ª Vara Federal de Cachoeira do Sul, 2ª Vara Federal de Porto Alegre, 3ª Vara Federal de Canoas, 8ª Vara Federal de Porto Alegre, 20ª Vara Federal de Porto Alegre, iNOVATCHÊ - Laboratório de Inovação da JFRS, LabJus - Laboratório de Inovação da SJSC e Núcleo de Planejamento, Orçamento e Finanças da SJRS. O trabalho horizontal e colaborativo, dentro de uma instituição hierarquizada e centralizadora, por si só, já traz grande impacto nas equipes, que perceberam a efetiva oportunidade de construir uma ferramenta que será capaz de avaliar o seu 'dia típico' de trabalho. A utilização de diversas ferramentas - como estudo de princípios libertadores e análise de evolução de modelos organizacionais proposta por Laloux, enfim, todo o 'toolkit' adotado que culminou na construção do painel de gestão integral, uma ferramenta de gestão customizável, visando à gestão integral de cada unidade participante conforme suas particularidades. A ferramenta incorporou um método desenvolvido pela agência

espacial estadunidense, denominado NASA-TLX (Task Load Index), inicialmente proposto para a avaliação subjetiva da atividade de pilotos e outros profissionais da agência espacial e considerado padrão ouro de avaliação no campo da Ergonomia do trabalho. Elencando-se atividades rotineiras, e quantificando a produção e o tempo dispendido em sua execução, o painel possibilita a avaliação em seis dimensões, a partir da percepção pessoal das atividades, considerando a relação das demandas com a pessoa (exigência mental, exigência física e exigência temporal) e a relação da pessoa com as tarefas (nível de realização, nível de esforço e nível de frustração). Dessa forma, o Painel de Gestão Integral torna-se um poderoso instrumento de avaliação, mesclando a comparação da produção com as metas previamente estabelecidas e examinando como se chegou àquele resultado: se havia ociosidade, se a carga estava adequada ou se havia uma sobrecarga de trabalho. Ele possibilita acompanhar o trabalho de forma particularizada e permanente, não só nos aspectos objetivos, mas também subjetivos. Assim, foram amplamente alcançados os objetivos de colaboração voltada ao intercâmbio de conhecimento, visando a equacionar produtividade e performance à qualidade de vida e saúde no trabalho em equipes de diversas unidades, administrativas e jurisdicionais, com diferentes competências, bem como a difusão da cultura de inovação na instituição.

## *SUSTENTABILIDADE*

### **Jusclima2030**

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) delegou ao iNOVATCHÊ (laboratório de inovação da JFRS) a coordenação de um LIODS (Laboratório de Inovação, Inteligência e ODS) responsável por elaborar plano de ação para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 7 – Energia Limpa e Acessível, 13 – Ação Contra a Mudança Global do



Clima e, de modo transversal, 15 – Vida Terrestre, da Agenda 2030 da ONU, no âmbito do Poder Judiciário.

Com uma equipe multidisciplinar, formada por servidores, servidoras, magistrados e magistradas de diversos órgãos do Poder Judiciário (JFRS, TRF4, TJRS, TRE/PR, TJPR, JFSP, JFRJ) e da sociedade civil, focados em uma atuação comprometida com a implementação efetiva da sustentabilidade em nossos órgãos e unidades, com o uso de metodologias de inovação e de construção horizontal e coletiva, surgiu o projeto JusClima2030.

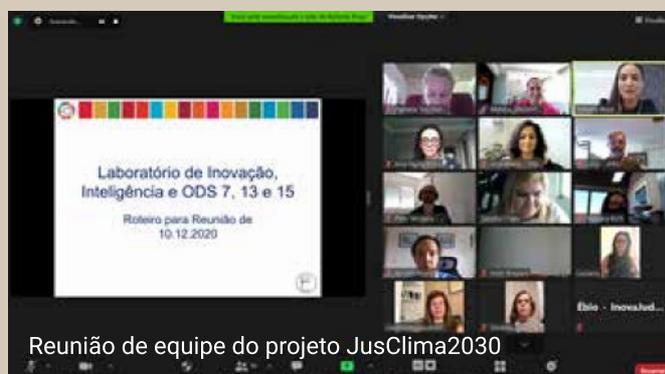
No âmbito do projeto foram desenvolvidos planos de ação em quatro eixos de atuação, assim divididos: 1) Divulgação: Identificação e publicação das ações judiciais que envolvem mudanças climáticas; 2) Multiplicação: Conscientização e educação ambiental e climática; 3) Operação: Ações de organização do trabalho, orçamento, compras, mobilidade e outros para a redução do impacto ambiental e climático; e 4) Edificação: substituição de fontes de energia e compensações de emissões de carbono.

Projeto Piloto de Medição das Emissões de Carbono da Seção Judiciária do RS: Trata-se de ação sugerida pelo Projeto Jusclima2030, cuja contratação encontra-se em análise pelos setores administrativos da SJRS.

**MONITORA 15:** projeto é de iniciativa do CNJ, capitaneado pela Conselheira Maria Tereza Uille Gomes, tendo como objetivo tornar acessível no âmbito do sítio eletrônico do Observatório Nacional do Conselho Nacional de Justiça, o maior número de informações Municipais e Estaduais, essenciais para a execução de políticas públicas de atendimento aos povos indígenas e de preservação ao meio ambiente, especificamente à prevenção de crimes ambientais e proteção às terras indígenas.

**COORDENADAS:** ação conjunta entre os laboratórios Integralab (Corregedoria da 4ª região), LabJus (SJSC) e iNOVATCHÊ (SJRS). A proposta consiste: 1) no georreferenciamento das ações ambientais, especialmente as ações civis públicas (ACPs) que tramitam na Justiça Federal da 4ª Região; 2) na disponibilização da informação em mapa interativo, nos portais da Justiça Federal na 4ª Região.

O laboratório também foi representado em diversos eventos e congressos, participando de mesas e oficinas. Recebeu o troféu de “Estande do Ecosistema de Justiça Melhor avaliado”, durante o congresso Expojud, promovido em junho de 2020, pelo Judiciário Exponencial.



# ATUAÇÃO ADMINISTRATIVA

A atividade administrativa é responsável por dar suporte e auxiliar o melhor funcionamento da atividade fim. Trata-se de uma grande rede de apoio disponível a auxiliar as unidades jurisdicionais a prestar da melhor forma possível o serviço ao cidadão que procura a Justiça Federal.

Essa atividade é prestada, em Porto Alegre, pelos núcleos administrativos vinculados à Secretaria Administrativa e que dão suporte a todo o estado e no interior pelas Seções e Núcleos de Apoio Judiciário e Administrativo.

São 13 núcleos administrativos, cada um com uma área específica de atuação, mas muitas atividades e projetos são interdisciplinares e circulam em várias unidades.

Todas as atividades e realizações destacadas nesse relatório contaram com participação fundamental de um ou mais núcleos administrativos, seja tomando frente, seja formando retaguarda.

Para citar alguns exemplos, o Núcleo de Apoio Operacional – NAOp esteve à frente da grande obra do novo ar condicionado central do prédio sede, mas essa atividade contou com o suporte do Núcleo de Apoio Administrativo - NAA nas questões contratuais e de fiscalização e com o Núcleo de Planejamento, Orçamento e Finanças – NPOF, considerando a grande engenharia financeira para realização desse projeto. Da mesma forma, a instalação dos novos geradores para garantia do pleno funcionamento da sala cofre e manutenção dos sistemas informatizados da SJRS. Esse projeto, além desses núcleos citados, contou com a ação destacada da equipe do Núcleo de Tecnologia da Informação – NTI, uma vez que todos os sistemas

tiveram que ser temporariamente desativados para ligação do novo sistema que a partir de agora garante muito mais autonomia ao pleno funcionamento das atividades judiciais e administrativas, ainda que se tenham longos períodos sem energia elétrica.

Destacam-se as atividades de prevenção ao contágio do COVID-19, liderados pela equipe do Núcleo de Acompanhamento e Desenvolvimento Humano – NADH que cuidou das pessoas da instituição com muita dedicação nesse período. Além das precauções médicas ao público interno e externo, orientou as intervenções realizadas pelo NAOp e NAIA nas unidades que tiveram a necessidade realizar atividades presenciais durante o período de trabalho remoto.

As posses de novos servidores realizadas de forma remota pelo Núcleo de Gestão Funcional – NGF, com atuação simultânea do NADH, foi uma imposição da pandemia, mas que trouxe outros benefícios antes não imaginados como a transmissão pelo youtube, permitindo o acompanhamento da cerimônia pelos familiares dos candidatos em todo o Brasil.

O Núcleo de Documentação e Memória – NDOC, muito prejudicado em sua atividade pela pandemia, não mediu esforços para atender aos pedidos de desarquivamento realizados durante esse período. No segundo semestre de 2019 foi responsável pela transferência de 16.150 caixas do arquivo que estavam alocadas nas instalações de Porto Alegre para o prédio da Subseção de Novo Hamburgo, dando início a um processo de redução de necessidade de áreas locadas com a finalidade de redução de custos. Outra frente conduzida pela unidade é a digitalização de processos para tramitação eletrônica, atividade que aconteceu

durante todo o período compreendido pela pandemia, inclusive durante o trabalho remoto compulsório nos casos de pedidos urgentes e que contou com apoio de servidores de outros núcleos.

Algumas unidades administrativas prestam atividade essencialmente jurisdicional, como o CEJUSCON, Núcleo de Apoio Judiciário - NAJ, Núcleo de Cálculos Judiciais - NCJ e Central Regional de Mandados de Porto Alegre - CEMPA.

No Cejuscon, em razão da pandemia do COVID-19, destacam-se demandas relativas ao auxílio emergencial a partir da edição da Portaria Conjunta nº 03/2020 da Corregedoria Regional e Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais da 4ª Região, que instituiu um fluxo padronizado para dar contatadessespleitos. Em abril/2020, foi avençado procedimento de abordagem autocompositiva, através do Fórum de Conciliação Virtual (FCV), em execuções de título extrajudicial propostas pela

OAB/RS, a fim de conferir andamento que permita a recuperação dos créditos e o atendimento das necessidades dos executados com sua atuação profissional impactada em razão da pandemia da Covid-19. Em 2021 foram retomadas de forma mais sistemática as sessões de conciliação em meio eletrônico, com apoio da Plataforma audiovisual Zoom, atendendo demandas que envolvem a Caixa Econômica Federal, a EMGEA e a Fraport.

No NAJ, que também atuou ativamente nas ações de auxílio emergencial, antes da pandemia promoveu a realocação da Assistência Jurídica Voluntária (AJV) para o ambiente antes ocupado pela biblioteca, o que oportunizou a adequação do espaço e qualificação do atendimento dos advogados voluntários aos jurisdicionados. Ainda, instalou-se a Ouvidoria dentro do espaço físico do Núcleo, com sala própria e acesso independente. Atualmente, todas as unidades que compõem o NAJ estão ocupando o mesmo local físico, no



Novo espaço da Assistência Jurídica Voluntária

térreo, ala leste, facilitando a comunicação entre os setores do Núcleo.

Com o advento da pandemia, e para atender com efetividade às novas demandas, além do teletrabalho, buscou-se a otimização e simplificação em metodologias de trabalho e readequação de tarefas. Dessa forma, obtiveram-se resultados positivos em relação a produtividade das Seções tanto no exercício de suas atividades inerentes e ordinárias como também nas novas demandas e muito em razão do surgimento do Auxílio Emergencial, que demandou um redimensionamento de funções e atividades tanto para a equipe de apoio como para a equipe deslocada dentro do próprio núcleo para atuar estritamente junto ao referido Auxílio.

A partir de junho de 2020, foi desenvolvido o Setor de Triagem das Ações do Auxílio Emergencial, sob responsabilidade do NAJ, que centralizou o recebimento do primeiro contato do cidadão interessado na discussão judicial da negativa ou atraso de seu benefício, através do e-mail [emergencial@jfrs.jus.br](mailto:emergencial@jfrs.jus.br). Construiu-se um fluxo de modelos de respostas e de encaminhamentos inclusive direcionando aos respectivos setores responsáveis pelas alterações, nas subseções e, para os órgãos da Defensoria Pública da União, nas localidades onde havia este atendimento.

A Central de Atendimento ao Público durante o período de junho de 2019 até metade de março de 2020, manteve-se no atendimento presencial das demandas ordinárias tais como o atendimento às partes sobre dúvidas diversas da situação processual, confecção dos diversos tipos de certidões, apoio aos advogados nas demandas referentes ao processo eletrônico.

A partir do surgimento da pandemia e da adoção do trabalho remoto a Central de Atendimento continuou a operar com mais ramais telefônicos pelo sistema

siga-me e whatsapp. Com a implantação do Balcão Virtual em abril de 2021, a CAP incorporou também mais esta ferramenta de acesso ao público dentro de suas atribuições já descritas acima.

As Videoaudiências passivas foram realizadas em espaço físico adequado para a recepção de testemunhas, partes e advogados com dificuldade de acesso ao aplicativo Zoom, respeitando-se o devido protocolo de higienização e distanciamento, tendo em vista a pandemia da Covid-19, sempre com apoio do NAIA.

O Núcleo de Cálculos Judiciais, outra unidade administrativa de atividade vinculada à área fim, aperfeiçoou os procedimentos previstos no Provimento Nº 33/2014, do TRF4, que têm por objetivo uniformizar o prazo de atendimento dos cálculos em toda a seccional, permitindo manter o prazo médio de permanência dos processos nas contadorias em torno de 38 dias. Ainda, dando continuidade ao projeto de disponibilizar programas para cálculos judiciais na Internet, iniciado em 2004, foram desenvolvidos seis novos programas para diversos tipos de ações: FGTS Net, FGTS Web, Conta Fácil Prev, Atualiza Net, AdvoCalc Net e Juros Tema 96 STF, totalizando atualmente 17 programas à disposição dos públicos interno e externo. Foram firmados termos de cooperação com diversos Órgãos do Poder Judiciário para utilizar e/ou replicar os programas desenvolvidos por esta Seção Judiciária, tais como Conselho Nacional de Justiça, Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe e Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Os servidores do Núcleo, sem prejuízo das suas atividades principais, prestam suporte técnico por telefone e correio eletrônico aos usuários dos programas.

Essas são apenas algumas demonstrações da atividade administrativa no período e as principais estão destacadas em local próprio nesse relatório.

## A PALAVRA DAS SUBSEÇÕES

### BAGÉ

A Subseção de Bagé, com o apoio da Direção do Foro da SJRS, celebrou Termo de Cooperação com a Procuradoria da República no Rio Grande do Sul, para o compartilhamento de áreas e serviços comuns da edificação onde está localizada. A utilização, pelo MPF, do andar superior do prédio e o rateio das despesas comuns, trazendo uma economia mensal de R\$ 6 mil à Justiça Federal.

A instalação de concertinas sobre os muros externos do terreno e a instalação do alarme monitorado trouxeram maior segurança aos usuários do prédio e proteção ao patrimônio público.

Para o retorno às atividades presenciais, como ação de prevenção ao contágio pelo novo coronavírus, foram instaladas barreiras de vidro temperado na sala de audiências, balcões de atendimento da Secretaria, Central de Atendimento ao Público e vigilância.

No período de Inspeção, quando foram analisadas as possibilidades de ações a serem desenvolvidas, principalmente em decorrência do agravamento da situação socioeconômica ocasionado pela pandemia do novo coronavírus na cidade, foi organizada uma campanha de responsabilidade social, promovida pela juíza, servidores e estagiários, que arrecadou e distribuiu ao Lar de Idosas Vila Vicentina 1.536 fraldas geriátricas, além de leite e itens de vestuário. Ainda, houve a adesão à Campanha "Tampinha Legal", que arrecada tampinhas de plástico para doação à entidade assistencial Fundação Geriátrica José & Auta Gomes.

### CANOAS

A Subseção Judiciária de Canoas atuou, com o apoio da Direção do Foro da SJRS, em alterações de layout de suas instalações. As salas de perícia foram deslocadas para o pavimento onde está instalada a Central de Atendimento ao Público, que recebeu, também, uma nova sala de espera para o público externo que comparece ao local visando atendimento (geral), participação em audiências ou realização de perícias judiciais.

A unidade iniciou, com o apoio da Seção de Planejamento Estratégico, o projeto de aprimoramento na gestão de resíduos sólidos que, atualmente, está em ritmo abaixo do desejado, por conta das limitações de atuação geradas pela pandemia.

O projeto de obtenção de uma nova sede para a Subseção está em desenvolvimento, ocorreu o lançamento de edital, mediante oferta de propostas por parte de eventuais interessados na construção/adaptação e locação de um espaço exclusivo, porém, infelizmente, a iniciativa foi frustrada devido à desistência do proponente classificado.

A adesão ao Projeto Portas para o Futuro, da Direção do Foro da SJRS, trouxe um duplo benefício para Canoas, além de contribuir para o acolhimento de um jovem, incrementou celeridade no processo de gestão documental.

Durante a pandemia e com a proximidade do retorno ao atendimento presencial, a Subseção atuou na adequação das instalações com os equipamentos e materiais de proteção necessários.

## CARAZINHO

A Subseção de Carazinho realizou diversos incrementos estruturais nos últimos dois anos.

Com a chegada da pandemia e o posterior retorno gradual ao trabalho presencial, foi retomada a realização de perícias na sede da unidade, assim, foi necessário localizar um espaço mais seguro para a realização das perícias, que até então ocorriam em sala localizada no 3º piso. O novo local, antigas instalações da Caixa Econômica Federal, foi adaptado e está mais próximo da entrada do prédio.

Outro ponto importante foi a adaptação dos espaços para o atendimento ao público agendado e a realização de audiências. Todas as mesas e balcões tiveram vidros separadores instalados, mantendo, assim, servidoras, servidores, magistradas e magistrados protegidos durante os atos presenciais.

Em outubro de 2019, juntamente com a melhoria da segurança na área externa, foi assinado contrato do monitoramento eletrônico da Subseção, o serviço conta com alarme, pronto atendimento 24 horas e auxílio com atendente de alarme.

Por fim, foi melhorado o acesso e circulação no prédio através de novas placas indicativas, confeccionadas de acordo com o Manual de Comunicação Visual da Justiça Federal.

## CAXIAS DO SUL

A Subseção, que através de seu Núcleo de Apoio Judiciário e Administrativo, busca prestar todo o apoio operacional aos jurisdicionados e às unidades internas, defrontou-se com as dificuldades impostas pela pandemia da Covid-19. Principalmente no ano de 2020, os atendimentos foram 90% voltados às atermações das Ações de Auxílio Emergencial.

Ainda, apesar das dificuldades que se impuseram, houve espaço para a realização de ações solidárias.

A doação de produtos alimentícios e de higiene, idealizada pela 3ª VF e que contou com a participação e o apoio de todos servidores, servidoras, magistrados e magistradas da Subseção, arrecadou aproximadamente 1.500kg de produtos alimentícios e de higiene.

Ainda, foi realizado levantamento de valores para a aquisição de uma máquina de costura, que foi doada à Penitenciária Regional de Caxias do Sul, com a finalidade de confeccionar máscaras aos detentos. O valor excedente foi utilizado para a compra dos insumos utilizados na produção das peças.

## *PASSO FUNDO*

A Subseção de Passo Fundo, além das melhorias estruturais que vem recebendo, destacou-se pela sua participação no Projeto Futuridade da SJRS.

As ações, que atenderam quatro eixos principais - Uso racional dos recursos naturais e combate ao desperdício, Alimentação orgânica, Gestão de resíduos e Transportes e mobilidade - cumpriram seus objetivos e atingiram as metas propostas.

O grupo implementou diversas iniciativas, como a eliminação dos copos plásticos, criação de grupo de WhatsApp para a divulgação de produtos saudáveis, eliminação das lixeiras individuais nas unidades e incentivo à carona solidária entre os servidores.

Por fim, em março de 2021, através da Portaria 31/2021, foram definidos os procedimentos a serem adotados na Central de Perícias da Subseção.

## *PELOTAS*

Na área de responsabilidade social, em 2020, conforme ocorreu em anos anteriores, a Subseção contou com a colaboração de todos e dedicação da Comissão de Solidariedade para realizar as campanhas de arrecadação de alimentos e agasalhos, que foram entregues a escolas e entidades do Município. Ainda, anualmente são doadas tampinhas de garrafa pet para o Projeto Vira Tampa Solidária, que as encaminha para reciclagem e repassa os valores levantados para ONGs protetoras de animais e para a Associação de Apoio a Pessoas com Câncer (Aapecan).

Foi realizado, em 2020, o Acordo de Cooperação Técnica nº 02/2020 entre a SJRS e a Universidade Católica de Pelotas (UCPel), objetivando o melhor atendimento aos cidadãos que buscam a Justiça Federal e que não possuam condições financeiras para contratar advogado e proporcionando experiências práticas que possibilitem a complementação do processo de formação profissional dos acadêmicos do Curso de Direito, sob a responsabilidade da universidade.

No âmbito do Cejuscon, a Subseção promoveu, em 2021, a 1ª visita online para os acadêmicos do curso de Direito da UCPel, que foram recebidos, no dia 5 de maio, por meio do aplicativo Google Meet.

As instalações de Pelotas receberam atenção especial nestes últimos dois anos. Em 2019, a comunicação visual da Subseção foi modernizada e padronizada, nos moldes do manual de identidade da Justiça Federal. Ainda, ao final do mesmo ano, a 3ª VF recebeu um novo layout em sua recepção, ganhando amplitude e facilidade de acesso, um espaço kids, para uso do público em espera, e, como forma de ampliar a capacidade de atuação, a criação da terceira sala de perícias.

No ano de 2020, em razão do retorno programado às atividades presenciais e a necessidade de aumentar a segurança de magistrados, magistradas, servidores e servidoras contra a contaminação viral, os balcões e mesas de atendimento receberam proteção em acrílico e o atendimento presencial, quando necessário e autorizado, foi centralizado no 5º andar do prédio, organizando e minimizando a circulação do público externo. No mesmo sentido, a equipe de limpeza passou a realizar seu trabalho com maior foco nas medidas de segurança sanitária.

## SANTA MARIA

A Subseção iniciou, em fevereiro de 2020, o Projeto Sala de Webconferências nos presídios, que tinha por finalidade a criação de salas de videoconferência nas principais unidades da SUSEPE nas cidades da região de competência criminal da 2ª Vara Federal de Santa Maria. A iniciativa, que tem por finalidade evitar o deslocamento dos apenados às salas de audiências nas sede da SJRS, utiliza os recursos financeiros do fundo das execuções penais, que estão sendo utilizados no custeio das reformas necessárias nas salas disponibilizadas. Os demais móveis e equipamentos foram obtidos através de processos de desfazimento, aproveitando itens que não eram mais utilizados pela Seção Judiciária.

A preocupação da administração local com a segurança no prédio-sede levou a aquisição de uma porta detectora de metais. O equipamento foi instalado no hall de entrada do prédio trazendo um complemento importante à segurança.

## SANTANA DO LIVRAMENTO

O acontecimento de maior visibilidade em Santana do Livramento, neste últimos dois anos, foi a entrega da nova sede da Subseção. As novas instalações, além de proporcionar um melhor ambiente de trabalho, trouxeram consigo outros avanços importantes, tais como a ampliação e modernização do sistema CFTV, a instalação de porta automática, com detector de metais, a sinalização para PCDs, com instalação de elementos de sinalização visual e tátil e o plantio de árvores frutíferas no terreno do novo prédio.

O transporte de mobiliários e equipamentos para o novo prédio foi realizado sem ônus para a Seção Judiciária, através de uma parceria com a Prefeitura Municipal.

Houve no período, também, a instalação do arquivo regionalizado, que compreende as Subseções de Uruguaiana, Bagé e Santana do Livramento, em um novo prédio.

## SANTO ÂNGELO

A Subseção implantou, no segundo semestre de 2019, o sistema de monitoramento eletrônico 24h, procedimento que resultou na redução significativa de gastos com vigilância armada, cerca de 65%, sem prejuízo da segurança de magistrados, magistradas, servidores e servidoras e do patrimônio.

Em 2020, foi implantada a Central de Perícias da Subseção, sendo vinculada ao Cejuscon local e contando com a atuação de dois servidores.

Nas questões que envolveram o retorno das atividades presenciais, houve a instalação de instrumentos indicativos e de separadores de vidro nas salas de audiência, recepção, Central de Atendimento ao Público e Sala de Perícias, para possibilitar a adequação às normas de segurança e saúde.

As ações solidárias também se fizeram presentes, a Subseção realizou campanhas de arrecadação junto aos seus integrantes de "Kit Alimentos", que foram doados à Secretaria de Assistência Social do Município (1,2 toneladas), e material escolar e lúdico destinados ao Abrigo Martinho Lutero. Através de iniciativa do do iNOVATCHÊ, foi realizada doação de alimentos ao Projeto Sementes do Bem.

## URUGUAIANA

No intuito de qualificar as medidas de segurança institucional, após o encerramento das atividades do Posto de Atendimento Bancário da Caixa Econômica Federal, foi recebida em doação e instalada uma porta giratória na Subseção. A ação, somada a colocação de um interfone, proporcionou melhores condições de trabalho para a segurança local e refletiu na preservação dos servidores e jurisdicionados.

As ações sociais mobilizaram os servidores da Unidade. As parcerias com outros órgãos possibilitaram a doação de cestas básicas e de uma geladeira à Associação de Catadores de Lixo local (ACLAN), que é constituída por cerca de 52 integrantes. Ainda, o trabalho conjunto com a Receita Federal obteve a doação de uma unidade de ar-condicionado de 12.000 BTUS para a UTI-Covid da Santa Casa de Uruguaiana. Por fim, angariou-se a doação de máscaras através da iniciativa privada local e de valores destinados à Vila Anita.

No que toca ao retorno das atividades presenciais, seguindo orientações da Corregedoria Regional, para evitar o fluxo desnecessário de usuários na Unidade e otimizar o atendimento e a segurança, as salas de perícias e videoconferências foram deslocadas para o andar térreo. Os novos locais possuem mais espaço e facilitam o deslocamento dos usuários.

# PALAVRAS DO DIRETOR DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA

Antonio Cesar Marques de Matos



A gestão 2019-2021 se encerra, sem dúvidas, com a marca do enfrentamento exitoso de grandes desafios, desde a necessidade inicial de adequação das despesas de custeio aos recursos orçamentários disponibilizados à significativa economia decorrente da suspensão de atividades presenciais e esvaziamento dos prédios institucionais em face do teletrabalho compulsório.

E, ainda, mesmo que no entremeio desse cenário de desafios, incertezas e receios de toda ordem, outras tantas ações relevantes foram iniciadas ou mantidas, entre as quais o estabelecimento de protocolos e fluxos de procedimentos de acesso e circulação nos prédios, a aquisição, distribuição e instalação de produtos e equipamentos de proteção individual e coletivos, mantendo-se permanentemente ativos e em funcionamento todos os sistemas e serviços institucionais essenciais, sendo imperativo destacar à instituição, o espírito de corpo, público e solidário, dos trabalhadores terceirizados, servidores e magistrados, que mesmo diante dos piores momentos da pandemia, não se furtaram às necessidades de se fazerem presentes nas diversas sedes da Justiça Federal em todo o Rio Grande do Sul, seja na garantia da preservação e segurança das instalações, seja na busca de proporcionar melhores e céleres condições de atendimento aos jurisdicionados.

Destaco, assim, a atuação ímpar dos agentes do serviço vigilância, que constituíram, certamente, o anteparo básico e primeira linha de atendimento de significativa parcela do público menos provido e mais necessitado de acesso à Justiça, que foi buscá-lo perante nossos portões e portas. E, ainda, na segunda linha de frente, também permanente e essencial às cautelas de prevenção à pandemia, a atuação de recepcionistas e agentes de limpeza. Frentes de atuação, que ao longo de todo esse período de pandemia, estiveram sob atento e constante acompanhamento, diário e presencial, de integrantes do Núcleo de Assessoramento e Integração Administrativa, do Núcleo de Apoio Operacional, da Segurança Predial e da Seção de Saúde.

Estar a frente da Secretaria Administrativa nessa gestão constituiu o privilégio de participar ativamente do enfrentamento de um desafio histórico da humanidade, sob uma égide de serenidade e equilíbrio na condução e tomada de decisões, fatores determinantes do êxito da gestão que ora se encerra.

# PALAVRAS DO ASSESSOR DA DIREÇÃO DO FORO

Luís Felipe Rypl



A gestão 2019/2021 iniciou dando sinais de que seria um período desafiador em razão de mais um ajuste orçamentário. O segundo semestre de 2019 exigiu esmero da Direção do Foro para adequar as despesas às receitas fortemente reduzidas para o ano de 2020. Esse foi um remédio amargo a ser tomado, que contou com a colaboração das empresas prestadoras de serviço e que inevitavelmente causaram indesejáveis demissões de trabalhadores.

Seria necessário rever alguns padrões historicamente estabelecidos a fim de adequá-los à nova realidade financeira. Entretanto, muitos desses padrões acabaram obrigatoriamente sendo revisitados não em razão apenas do orçamento, mas pelo advento da Pandemia do COVID-19 que foi o que de fato marcou essa gestão a partir de março de 2020.

Não é novidade que ninguém e nenhum órgão ou entidade estava preparado para enfrentar esse desafio de ter que rever amplamente sua forma de atuar para preservar o andamento do serviço, resguardando a saúde de seus colaboradores e público cliente.

Nesse cenário sem precedentes, entendo que a Justiça Federal do Rio Grande do Sul se sobressaiu, pois sua cultura e seu histórico inovador e desafiador permitiram que praticamente toda

atividade fosse prestada ao cidadão, não sem percalços, não sem algumas falhas, mas dando-se sempre o seu melhor, colocando-se as pessoas em primeiro lugar.

Nesse contexto, a Assessoria da Direção do Foro esteve presente, dando suporte na grande rede de apoio que constitui a área administrativa da Justiça Federal, auxiliando nos projetos e iniciativas que visam melhorar a prestação da atividade jurisdicional, fazendo interlocução entre as unidades jurisdicionais e administrativas do interior e da capital, buscando encurtar caminhos, criar atalhos para as soluções e estar disponível para ser acionada sempre que o funcionamento natural do serviço necessita de um auxílio ou de um socorro.

A pandemia ainda não acabou, e novos desafios estão por vir, mas, olhando para o período que se encerra, é possível ter certeza de que não há entrave impossível de ser contornado. A busca pelo equilíbrio e pela resolução na tomada de decisões, a abertura para o diálogo, a escuta e a conciliação certamente foram importantes para os resultados obtidos até então. Contudo, foram a vontade, o empenho e a coragem coletivos que permitiram à SJRS não apenas manter o já excelente padrão de atendimento e prestação jurisdicional, mas seguir evoluindo para se tornar cada vez melhor.



JUSTIÇA FEDERAL  
Seção Judiciária do Rio Grande do Sul